



Relatório de Governo Societário da APA, S.A. 2021

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2023

Controlo de Versões:

Versão	Data de aprovação em reunião de CA:	Descrição
1	02-03-2023	Aprovado em reunião de Conselho de Administração de 02 de março de 2023.
2	20-03-2023	A nova versão do Relatório de Governo Societário da APA, S.A., para o exercício ode 2021, inclui a atualização da informação económico-financeira apresentada no ponto IX.1, em conformidade com os valores apresentados no Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2021.

INDICE

I. SÍNTESE	5
II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	7
III. ESTRUTURA DE CAPITAL	12
IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	13
V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	16
A. MODELO DE GOVERNO.....	16
B. ASSEMBLEIA GERAL.....	16
C. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO.....	16
D. FISCALIZAÇÃO	30
E. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)	36
F. CONSELHO CONSULTIVO.....	38
G. AUDITOR EXTERNO	38
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	40
A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES.....	40
B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	41
C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS	47
D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	55
E. SÍTIO DA INTERNET	57
F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL.....	58
VII. REMUNERAÇÕES	59
A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	59
B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.....	60
C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES.....	60
D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	63
VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	66
IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA ENTIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	70
X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	80
XI. ANEXOS DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....	89

- Anexo 1** Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021
- Anexo 2** Extrato da ata da reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2023, em que foi deliberada a aprovação do Relatório de Governo Societário 2021
- Anexo 3** Relatórios do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE
- Anexo 4** Declarações a que se referem o artigo 52.º do RJSPE e o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março
- Anexo 5** Ata da reunião da Assembleia Geral que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020

I. Síntese

A APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada através do Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do Porto de Aveiro, cujo capital social é integralmente subscrito e realizado pelo Estado.

O Conselho de Administração da APA, S.A., conforme disposto no artigo 9.º dos Estatutos, anexos ao Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e de 9 de março de 2015 (doravante Estatutos) é composto, por um presidente e até três vogais, sendo que o vogal com a função financeira “*deverá aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa seja superior a 1% do ativo líquido*”. Importa ainda referir que o Conselho de Administração da APA, S.A. exerce, por inerência, idênticas funções na APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. (APFF, S.A.), conforme estatuído no artigo 10.º dos Estatutos daquela Administração Portuária, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 19 de setembro de 2022, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição, para o mandato de 2022-2025, de novos Órgãos Sociais.

O presente relatório visa dar cumprimento ao disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (doravante RJSPE) o qual estabelece, no seu número 1, que “*as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo [princípios de governo societário]*”.

Assim, ao longo deste documento, pretende-se efetuar uma apreciação global do cumprimento das recomendações dispostas no RJSPE, tendo por referência o “*Manual para elaboração do Relatório de Governo Societário 2021*”, emanadas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Motorização do Setor Público Empresarial (UTAM), conforme tabela seguinte.

CAPÍTULO II DO RJSPE – Práticas de bom governo		Sim	Não	Data
Artigo 43.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2021 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X		11-11-2021 ⁽¹⁾
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2021	X		29-11-2021 e 09-02-2022 ⁽¹⁾
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X		De 01-01-2021 a 31-12-2021
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X		05-05-2022
Artigo 46.º	Elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2021	X		10-02-2022
Artigo 47.º	Adotou um código de ética e divulgou o documento	X		23-03-2022 ⁽²⁾
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada			N/A
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X		----
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X		Desde março de 2010
Artigo 51.º	Evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		16-04-2019
Artigo 52.º	Evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	X		16-04-2019
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	X		---
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X		02-03-2023

(1) A APA, S.A. elaborou nova versão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2021-2023 o qual visou dar cumprimento ao Despacho n.º 916/2021 – SET, de 21 de outubro, emanado por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, tendo-o submetido na plataforma SIRIEF a 11 de novembro de 2021, o qual foi objeto de aprovação pelas tutelas setorial e financeira, através do Despacho n.º 1108/2021-SET, de 29 de novembro, e o Despacho na Nota Interna n.º 60/AF/GSEAC, de 9 de fevereiro de 2022, respetivamente.

(2) Data da aprovação da última versão do Código de Ética e Conduta da APA, S.A..

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do RJSPE)

A APA, S.A., pautou, em 2021, a sua atuação seguindo os princípios orientadores estabelecidos na sua Missão e Visão 2025, a saber:

Missão: *“Facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico da sua região”.*

Visão: *“Porto de Aveiro reconhecido como uma plataforma logística competitiva no Corredor Atlântico (...)”* e em específico ser:

- *“competitivo na movimentação de granéis sólidos, líquidos e carga geral;*
- *especializado em agrolimentares e petroquímica, assumindo-se como uma referência a nível nacional;*
- *um polo de referência para unidades logísticas e industriais com vocação importadora/exportadora; e*
- *ter capacidade para captar carga adicional na Região Centro”.*

Com vista à concretização da sua Visão, foram definidas sete linhas de desenvolvimento, em concreto:

1. Otimizar a capacidade disponível existente para o reforço da movimentação de granéis e de carga geral;
2. Captar negócios para a Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) – espaço disponível para desenvolvimento de atividades logísticas e industriais;
3. Apostar na melhoria da Segurança, Ambiente e Qualidade (Green e Blue Port);
4. Melhorar a gestão de clientes do porto e o desenvolvimento de novos negócios (negócio de contentores, economia azul, entre outros);
5. Manter o investimento em infraestruturas, nomeadamente acessibilidades marítimas e terminal intermodal;
6. Elevar a notoriedade internacional, nacional e local da marca Porto de Aveiro;
7. Modernização Tecnológica dos serviços e infraestruturas.

A APA, S.A. estabeleceu, ainda, como proposta de valor para 2021:

- Posicionar o Porto de Aveiro como uma referência nacional na movimentação de bens agroalimentares e petroquímicos e uma alternativa para o desenvolvimento de linhas regulares, aproveitando a sua grande capacidade de terraplenos para instalação de atividades logísticas e industriais;
- Aposta constante na qualidade de serviço, com uma forte orientação para o cliente;
- Relação de proximidade com os *stakeholders* do Porto de Aveiro, percebendo as suas necessidades e expectativas;
- Atuar com ética, lealdade e orgulho de pertencer a uma empresa que presta um serviço de interesse público, incutindo aos colaboradores um espírito de atuação com padrões de respeito, integridade e honestidade no âmbito das suas funções;
- Criação de valor e sustentabilidade financeira; e
- Investir juntamente com os utilizadores do Porto de Aveiro, criando valor para todos.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE)

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2021, o Conselho de Administração da APA, S.A. pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021); e
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 (DLEO 2019), em vigor por força do disposto no artigo n.º 210.º; e
- Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro (SET), referente às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Sector Empresarial do Estado.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no PAO para o triénio 2021-2023, revisto e submetido na plataforma SiRIEF a 11 de novembro de 2021, o qual foi objeto de aprovação pelas tutelas setorial e financeira, através do Despacho n.º 1108/2021-SET, de 29 de novembro, e o Despacho na Nota Interna n.º 60/AF/GSEAC, de 9 e fevereiro de 2022, respetivamente.

O referido instrumento previsional de gestão foi elaborado tendo em consideração os seguintes pressupostos:

- A adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis;
- A manutenção de políticas de redução de custos;
- O cumprimento do Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro com as alterações introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, fixando um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) de 30 dias;
- A inexistência de dívidas vencidas há mais de 90 dias, de acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio;
- A redução do nível de endividamento bancário, respeitando o determinado no artigo 27.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 159.º do DLEO 2019;
- A prossecução da política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, tendente a adequá-los às efetivas necessidades de uma organização eficiente; e
- A criteriosa seleção de investimentos a desenvolver.

No ano de 2021, a APA, S.A. cumpriu com a totalidade dos objetivos propugnados no mencionado PAO para 2021, conforme evidenciado no quadro seguinte.

Objetivos definidos no PAO para 2021 (*)	Cumpre			Observações
	S	N	N/A	
Alcançar um EBITDA(**) ajustado de 4,257 milhões de euros.	X			A APA, S.A. atingiu, em 2021, um EBITDA ajustado de 6,277 milhões de euros.
Alcançar 5,127 milhões de toneladas.	X			O movimento portuário da APA, S.A. ascendeu, em 2021, a 5,691 milhões de toneladas, mais 564 mil toneladas do que o objetivo previsto no PAO 2021.
Os gastos operacionais (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal) representarão, no máximo, 61,35% do volume de negócios (***)	X			Os gastos operacionais da APA, S.A. representaram 55,72% do Volume de Negócios.

Notas:

(*) Versão do PAO 2021-2023 elaborada a 11 de novembro de 2021.

(**) EBITDA ajustado = EBITDA - Imputação de subsídios ao investimento - Imparidade de subsídios ao investimento - Ganhos/Perdas de subsidiárias

(***) O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios foi calculado nos termos da metodologia proposta pela APA, S.A., validada pela UTAM, no seu relatório de análise n.º 255/2021 de 14 de outubro, e aprovada por SE o SET através do Despacho n.º 916/2021-SET, excluindo, ainda, os impactos da provocados pela pandemia COVID-19, conforme Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho.

Legenda:

S - Sim; N - Não; N/A - Não Aplicável.

3. **Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa**

Em linha com os objetivos inscritos no PAO 2022-2024, os principais fatores-chave de que dependem, no curto, médio e longo prazo, os resultados desta Administração Portuária são:

- **Movimento portuário:** A receita proveniente da atividade de exploração portuária é um dos principais contributos para a sustentabilidade financeira da Empresa. Neste sentido torna-se fundamental assegurar a consolidação do crescimento do movimento de mercadorias iniciado em 2013;
- **Peso dos gastos operacionais no volume de negócios:** A manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, afigura-se fundamental para alcançar a sustentabilidade financeira do porto;
- **Modelo de operação portuária:** A implementação do novo modelo de operação portuária, a 1 de setembro de 2014, é, também, um fator chave rumo à sua sustentabilidade. O principal objetivo deste modelo é incrementar a concorrência entre as empresas de estiva licenciadas através da melhoria da produtividade e eficiência dos meios de movimentação de cargas utilizados;
- **Plano de Investimentos:** Até 2014 a atuação estratégica da APA, S.A. centrou-se na expansão da capacidade instalada do Porto de Aveiro para a movimentação portuária, bem como na melhoria das suas acessibilidades marítimas e terrestres. Atualmente, o porto possui uma oferta de infraestruturas portuárias de excelente qualidade e ligações marítimas e rodoferroviárias competitivas. Com vista a potenciar as infraestruturas físicas existentes, bem como aumentar a sua atratividade junto das cadeias logísticas de transporte, definiu-se a necessidade de orientar o esforço de investimento da APA, S.A. para projetos de melhoria das condições operacionais para a captação de atividades logísticas e industriais e de modernização dos sistemas de informação e comunicação do porto. A realização dos investimentos estruturais, previstos no PAO 2022-2024 e na “*Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026*”, publicada na Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 175/2017, de 24 de novembro, contribuirá para afirmar o Porto de Aveiro enquanto um polo logístico e industrial competitivo, o qual, para além de ser uma infraestrutura destinada à movimentação portuária de mercadorias, é reconhecido pela sua localização privilegiada para a realização de atividades que acrescentam valor à carga e/ou de atividades industriais que podem beneficiar de menores custos logísticos pelo facto de possuírem acesso direto a ligações multimodais;

- 4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE)**

Ver informação do ponto II-2 do presente documento.

III. Estrutura de Capital

1. Divulgação da estrutura de capital social, incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)

A APA, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada através do Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro. O capital social, integralmente subscrito e realizado pelo Estado, é de 30 milhões de euros e encontra-se dividido em 6 milhões de ações, de valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

De acordo com o estatuído no n.º 3 do artigo 4.º dos Estatutos da APA, S.A., *“As ações representativas do capital social devem pertencer exclusivamente ao Estado, a pessoas coletivas de direito público, a empresas públicas ou a sociedades de capitais exclusivamente públicos”*.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições

Não existem acordos parassociais que sejam do conhecimento desta Administração Portuária e possam conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

- 1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras empresas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)**
- Atento o disposto nas alíneas c) e d) do número 1 do artigo 245.º-A e no artigo 16.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, no ano de 2021, as pessoas singulares, órgãos sociais da APA, S.A.¹, e o Revisor Oficial de Contas, não eram titulares de participações qualificadas.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da APA, S.A., é uma firma membro da Rede Deloitte, rede composta por firmas que são membros da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), uma sociedade privada inglesa de responsabilidade limitada por garantia. As firmas membro não são subsidiárias ou sucursais da DTTL e não atuam como seus agentes ou como agentes de outras firmas membro. São sempre entidades constituídas localmente, com a sua própria estrutura organizativa, a qual é totalmente independente da DTTL. A Deloitte & Associados, SROC S.A., além de firma membro da Rede Deloitte, faz também parte da Rede Deloitte a operar em Portugal que inclui as seguintes Empresas: Deloitte Technology, S.A., Deloitte Processes & Operations, S.A., Deloitte Delivery Center, S.A., Deloitte Central Services, S.A., Deloitte Business Consulting, S.A., Deloitte Risk Advisory, S.A., Deloitte Corporate Finance, S.A., Maksens Consulting, S.A., Wingman – Estratégia Internet, Unipessoal, Lda., Searasoft – Desenvolvimento de Software, Sociedade Unipessoal, Lda. e DMI – Mediação Imobiliária, S.A..

Mais se informa que, a 31 de dezembro de 2021, esta Administração Portuária detinha uma participação qualificada² na empresa APFF, S.A., sociedade anónima de capitais

¹ Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais (secretária da mesa da Assembleia Geral), Prof. Doutora Maria de Fátima Lopes Alves (presidente do Conselho de Administração), Dr.ª Isabel Sofia de Moura Ramos (vogal do Conselho de Administração), Dr. Helder Jorge do Vale Nogueira (vogal do Conselho de Administração), Dr. Nuno Manuel Marques Pereira (vogal do Conselho de Administração), Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixoto Soares (presidente do Conselho Fiscal), Dr. Pedro Alexandre Morais dos Santos (vogal efetivo do Conselho Fiscal) e Dr.ª Maria Fernanda de Sousa Rebelo Lopes Pires Borges (vogal efetiva do Conselho Fiscal).

² De acordo com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de setembro entende-se por “Participação qualificada: a participação, direta ou indireta, isolada ou conjunta, que por qualquer motivo possibilite ao seu detentor, por si mesmo ou em virtude de especiais relações existentes com direitos de voto ou outro participante, exercer influência significativa na gestão da entidade participada. Para os efeitos da presente definição, presume-se

exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro, com capital integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A..

2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)

Atenta a redação das alíneas c) e d) do número 1 do artigo 245.º-A e do artigo 16.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), informamos que, no ano de 2021, as pessoas singulares, órgãos sociais da APA, S.A.¹, não eram titulares de participações qualificadas².

A APA, S.A. é associada da CPA – Comunidade Portuária de Aveiro, da APP – Associação dos Portos de Portugal, da APTMCD – Agência Portuguesa de Promoção do Short Sea Shipping, da CEEP – Centro Europeu de Empresas de Serviço de Interesse Geral – Portugal, da AIPCN/PIANC - Associação Internacional de Navegação, da AIDA-CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, da APLOG – Associação Portuguesa de Logística, da APPR - Associação Portuguesa dos Portos de Recreio e da RETE – Associazione per la Collaborazione tra Porte e Città.

Adicionalmente, para além da participação na APFF, S.A., a APA, S.A. detêm uma participação de 1%, equivalente a 75 mil euros, do capital social realizado da PCI – Parque de Ciência e Inovação, S.A. (PCI, S.A.). A PCI, S.A. é uma sociedade anónima que visa *“a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação de serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo”*.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC

Ver informação identificada no ponto 1 do presente capítulo.

haver influência significativa na gestão sempre que o participante detenha pelo menos 5% do capital ou dos direitos de voto da entidade participada.”

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa

Não existem.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

1. Identificação do modelo de governo adotado

Determina o artigo 5.º dos Estatutos da APA, S.A., que são “*órgãos sociais da sociedade a assembleia geral, o conselho de administração, o conselho fiscal e o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, com as competências fixadas na Lei e nos presentes Estatutos*”.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da Assembleia Geral, ao longo do ano 2021, com identificação dos cargos dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (data de início e fim)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2019-2021)	Presidente	Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, representada pelo Fernando Paiva de Castro	AG	15-04-2019
(2019-2021)	Secretário	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	AG	15-04-2019

Legenda:

AG – Assembleia Geral.

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Atenta a estrutura de capital da APA, S.A., não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só possam ser tomadas com maioria qualificada.

C. Administração e Supervisão

1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Compete à Assembleia Geral eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, conforme disposto na alínea d) do número 2 do artigo 8.º dos Estatutos da APA, S.A..

2. Caracterização da composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho de Administração é composto por uma presidente e até três vogais³, sendo um destes designado ou proposto pelo membro do governo responsável pela área das finanças, que deve aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na Empresa seja superior a 1% do ativo líquido.

O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, podendo ser renovado até ao limite máximo de três renovações consecutivas, conforme fixado no número 2 do artigo 9.º dos Estatutos da APA, S.A. e no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, diploma que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 22-C/2021, de 22 de março.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
(2019-2021)	Presidente	Prof. Doutora Maria de Fátima Lopes Alves (Prof. Doutora Fátima Lopes Alves)	AG	15-04-2019	n.a.	n.a.
(2019-2021)	Vogal	Dr.ª Isabel Sofia de Moura Ramos (Dr.ª Isabel Moura Ramos)	AG	15-04-2019	n.a.	n.a.
(2019-2021)	Vogal	Dr. Helder Jorge do Vale Nogueira (Dr. Helder do Vale Nogueira)	AG	15-04-2019	n.a.	n.a.
(2019-2021)	Vogal	Dr. Nuno Manuel Marques Pereira (Dr. Nuno Marques Pereira)	AG	15-04-2019	n.a.	n.a.

Legendas:

AG – Assembleia-Geral; O/D - Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

³ O número estatutário mínimo e máximo de elementos é de 2 e 4, respetivamente.

4. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração. Deverão especificamente ser identificadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)

Prof. Doutora Maria de Fátima Lopes Alves (Presidente do Conselho de Administração)

Data de Nascimento: 04 de novembro de 1962

Habilitações:

- Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro (1995);
- Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano, com especialização em Planeamento, pelas Faculdades de Engenharia e Arquitetura, da Universidade do Porto (1998);
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente pela Universidade de Aveiro (2006);
- Agregação em Ciências e Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro (2016).

Percurso Profissional:

- Secretária do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Aveiro, de 1987 a 1990;
- Professora de Geografia na Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, em Esgueira, Aveiro, de 1990 a 1991;
- Colaboradora da Equipa de Planeamento dos Recursos Naturais, da Universidade de Aveiro, de 1993 a 1995;
- Colaboradora no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, de 1993 a 1996;
- Bolseira de Investigação no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, de 1996 a 2000;
- Colaboradora no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, de 2001 a 2002;
- Monitora da Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, no Departamento de Ambiente e Ordenamento, da Universidade de Aveiro, desde 2002 a 2003;
- Professora Assistente Convidada, no Departamento de Ambiente e Ordenamento, da Universidade de Aveiro, de 2003 a 2006;
- Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ambiente e Ordenamento, da Universidade de Aveiro, de 2006 a 2011;
- Professora Auxiliar do Departamento de Ambiente e Ordenamento, da Universidade de Aveiro, de 2012 a 2016;

- Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Ambiente e Ordenamento, da Universidade de Aveiro, de janeiro de 2017 a abril de 2019;
- Professora Auxiliar convidada com agregação, do Departamento de Ambiente e Ordenamento, da Universidade de Aveiro, desde maio de 2019;
- Presidente do Conselho de Administração da APA, S.A., desde 16 de abril de 2019; e
- Presidente do Conselho de Administração da APFF, S.A., desde 16 de abril de 2019.

Dr.ª Isabel Sofia de Moura Ramos (Vogal do Conselho de Administração)

Data de Nascimento: 05 de agosto de 1975

Habilitações:

- Licenciada em Economia, pela Universidade da Beira Interior (1999);
- Pós-graduada em Gestão de Marketing, pelo IPAM – Instituto Português de Administração de Marketing (2002);
- Pós-graduada em Gestão da Informação, pela Universidade de Aveiro (2007);
- Conclusão do plano curricular do programa Doutoral em Marketing e Estratégia, da Universidade de Aveiro (2012).

Percurso Profissional:

- Consultora na MOAI – Consultoria em Turismo, Lda., em 2000;
- Técnica Superior na Área de Desenvolvimento de Negócios da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., de 2000 a 2014;
- Técnica Superior na Área de Desenvolvimento de Negócios da APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., de 2009 a 2014;
- Formadora convidada do ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração de Aveiro, de 2011 a 2014;
- Coordenadora Executiva da Comunidade Portuária de Aveiro, de 2011 a 2013;
- Técnica Superior na Direção de Terminais Portuários e Logística da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., de 2014 a 2017;
- Diretora Executiva da Shortsea Portugal – Associação Portuguesa de Promoção do Transporte Marítimo de Curta Distância, de 2015 a 2017;
- Formadora convidada da Escola Europeia de Short Sea Shipping – Intermodal Transport, Barcelona, de 2015 a 2017;
- Técnica Especialista no Gabinete da Ministra do Mar do XXI Governo Constitucional, de 2017 até 14 de abril de 2019;
- Vogal do Conselho de Administração da APA, S.A., desde 16 de abril de 2019; e
- Vogal do Conselho de Administração da APFF, S.A., desde 16 de abril de 2019.

Dr. Helder Jorge do Vale Nogueira (Vogal do Conselho de Administração)

Data de Nascimento: 19 de março de 1964

Habilitações:

- Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto, da Universidade do Porto (1991);
- Pós-graduado em Gestão de Marketing, pela Seção Autónoma de Gestão Industrial da Universidade de Aveiro (1993).

Percurso Profissional:

- Apoio ao gerente no Balcão Sede do Banco Português do Atlântico, na Praça D. João I, de 1987 a 1988;
- Adjunto do Diretor Comercial nas Edições ASA – Américo Silva Areal, de 1991 a 1992;
- Professor na ADITEC – Associação para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, em 1993;
- Regional Manager da Zona Norte da Victória Seguros, de 1993 a 1997;
- Docente na Universidade Fernando Pessoa, de 1995 a 2002;
- Diretor da Delegação do Porto da Generali Companhia de Seguros, S.A., de 1998 a 2012;
- Diretor da Delegação de Aveiro da Generali Companhia de Seguros, S.A., de 2012 a 2015;
- Docente na Universidade Católica do Porto, de 2013 a 2014;
- Sales Planing Control da Generali Companhia de Seguros, S.A., de 2015 a 2016;
- Diretor Geral da Ds - Digital Mediação de Seguros, Unipessoal, Lda., de 2017 até 14 de abril de 2019;
- Vogal do Conselho de Administração da APA, S.A., desde 16 de abril de 2019; e
- Vogal do Conselho de Administração da APFF, S.A., desde 16 de abril de 2019.

Dr. Nuno Manuel Marques Pereira (Vogal do Conselho de Administração)

Data de Nascimento: 08 de julho de 1975

Habilitações:

- Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2000);
- Pós-graduado em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2005);
- Mestre em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2011).

Percurso Profissional:

- Advogado, em 2001 a 2003;
- Jurista no Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, 2002;
- Jurista na Câmara Municipal de Lisboa, de 2002 a 2003;
- Adjunto do Presidente da Câmara, na Câmara Municipal de Aveiro, de 2003 a 2005;
- Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), I.P., de 2006 a 2010;
- Vogal Executivo do Conselho de Administração na Fundação para os Estudos e Formação Autárquica (Fundação CEFA), de 2010 a 2012;
- Investigador no Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais (NEDAL) da Escola de Direito da Universidade do Minho, de 2012 a 2014;
- Assistente Convidado do ISCA – Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, de 2014 a 2016;
- Técnico Especialista no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa do XXI Governo Constitucional, de 2016 a 2018;
- Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Cultura do XXI Governo Constitucional, de 2018 até 14 de abril de 2019;
- Vogal da Assembleia Municipal do Município de Aveiro, desde 2009 até outubro de 2021;
- Assistente Convidado, no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro, no ano letivo 2020/2021;
- Vogal da Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro, desde 2013 até outubro de 2021;
- Vogal do Conselho de Administração da APA, S.A., desde 16 de abril de 2019; e
- Vogal do Conselho de Administração da APFF, S.A., desde 16 de abril de 2019.

5. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção Geral de finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE)

Em anexo são apresentadas as declarações de cada um dos membros do órgão de administração que exerceram funções no ano de 2021 sobre quaisquer participações que

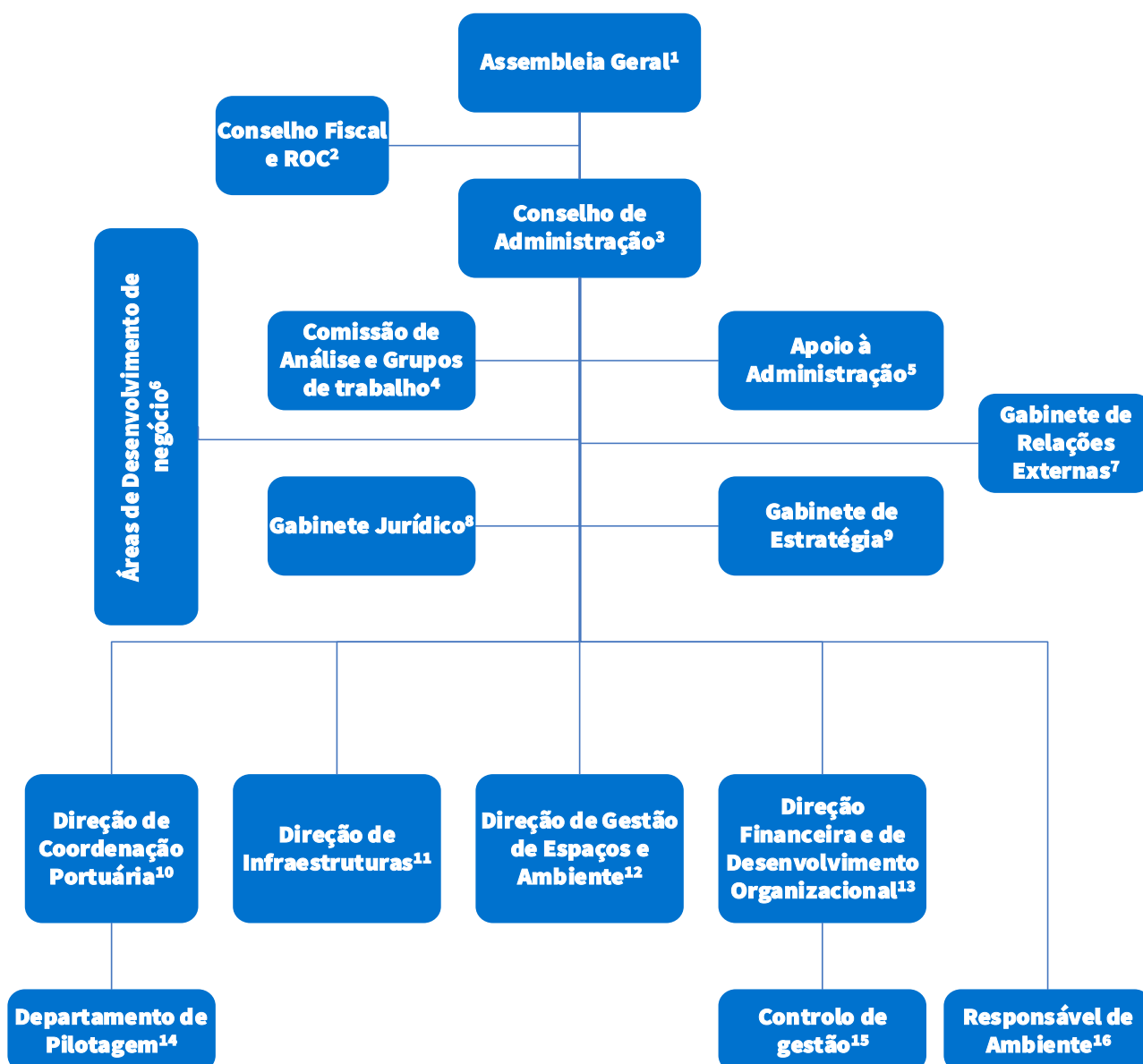
detenham na Empresa, assim como quaisquer relações que detenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse. Mais anexamos as comunicações eletrônicas que demonstram o envio de tais declarações para a Inspeção Geral de Finanças (IGF) e para a Presidente do Conselho Fiscal da APA, S.A..

6. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas

Não se verificam.

7. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa

Em 2021, organicamente a APA, S.A. dispunha de 5 órgãos de assessoria e apoio à gestão, encontrando-se hierarquizada em 4 grandes áreas funcionais que agregam um conjunto de setores e serviços destinados a dar cabal cumprimento às atribuições funcionais de cada área de atividade.



1 – Assembleia Geral

A Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre todos os assuntos para os quais a Lei ou os Estatutos da APA, S.A., lhe atribuíam competência. Compete, em especial, à Assembleia Geral decidir sobre os assuntos referidos no n.º 2 do artigo 8.º dos aludidos Estatutos, a saber: “a) deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; b) aprovar os planos anuais e plurianuais de obras marítimas e terrestres e de equipamentos dos portos; c) aprovar o orçamento de exploração e de investimentos anuais; d) eleger e destituir os membros da mesa da assembleia-geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a sociedade de

revisores oficiais de contas; e) deliberar sobre quais as alterações dos estatutos e aumentos de capital; f) deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações; g) autorizar a aquisição e alienação de imóveis e a realização de investimentos, quando o respetivo valor exceder o correspondente a 10% do capital social; h) deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros títulos de dívida; i) deliberar sobre a emissão ou conversão de ações ou outros títulos em forma meramente escritural.”

Acrescem as competências previstas no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), nomeadamente nos artigos 24.º, 25.º, 27.º, 28.º, 36.º e 38.º ao 42.º.

2 – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas (ROC)

A fiscalização da sociedade compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., “*a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos.*”

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A., anexos ao Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, a saber: “*a) Assistir às reuniões do conselho de administração sempre que o entenda conveniente; b) Emitir parecer sobre qualquer matéria que lhe seja apresentada pelo conselho de administração; c) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais; d) Colocar ao conselho de administração qualquer assunto que por ele deva ser ponderado.*”

3 – Conselho de Administração

As competências atribuídas ao Conselho de Administração da APA, S.A. são as estabelecidas no artigo 10.º dos Estatutos da APA, S.A., e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais (CSC), em especial decidir sobre os assuntos referidos no aludido artigo 10.º, a saber: “*a) Elaborar os planos anuais e plurianuais de obras marítimas e terrestres e do equipamento dos portos a submeter à aprovação da assembleia geral; b) Construir, adquirir, conservar e fiscalizar as obras marítimas e terrestres, o equipamento flutuante e terrestre dos portos, bem como conservar os fundos e seus acessos; c) Elaborar os regulamentos necessários à exploração dos portos; d) Exercer ou autorizar e regulamentar as atividades portuárias, ou as atividades com estas diretamente relacionadas, respeitantes a movimento de navios e de*

mercadorias, a armazenagem e outras prestações de serviços, como fornecimento de água, energia elétrica, combustíveis e aluguer de equipamentos, e aplicar sanções previstas na lei, sem prejuízo da competência conferida a outras entidades; e) Elaborar o orçamento e suas alterações; f) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como a proposta de aplicação de resultados; g) Definir a estrutura e a organização geral da APA, S. A.; h) Nomear e exonerar os responsáveis pelos serviços, bem como admitir, contratar e exonerar o pessoal necessário ao desempenho das tarefas a cargo da APA, S. A., e exercer sobre ele o respetivo poder disciplinar, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; i) Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras; j) Autorizar a concessão de subsídios a organismos oficiais ou privados cujas atividades interessam direta ou indiretamente à ação da APA, S.A., bem como a obras de caráter social e cultural; l) Deliberar sobre a criação de zonas francas ou de armazéns gerais francos na área do Porto de Aveiro e apresentar as respetivas propostas aos ministérios competentes; m) Administrar o domínio público na sua área de jurisdição, atribuir licenças e concessões para a sua utilização e definir o interesse público do respetivo uso privativo para efeitos de concessão; n) Atribuir a concessão da exploração de instalações portuárias, de serviços ou de atividades a ela ligadas, e, bem assim, de áreas destinadas a instalações industriais ou comerciais correlacionadas intimamente com aquelas atividades; o) Solicitar aos utilizadores do porto os elementos estatísticos, dados ou previsões referentes às atividades exercidas na área de jurisdição cujo conhecimento interessa para a avaliação ou determinação do movimento geral dos portos ou para qualquer outro fim estatístico relacionado com a atividade da APA, S.A.; p) Garantir a segurança das instalações portuárias, promovendo a regulamentação necessária e utilizando os meios e dispositivos adequados; q) Efetuar os seguros pessoais, patrimoniais ou outros que se mostrem necessários; r) Adquirir e tomar ou dar de arrendamento imóveis, bem como alienar os que não se integrem no domínio público, situados dentro ou fora da zona de jurisdição, nos termos da legislação aplicável; s) Cobrar e arrecadar as receitas provenientes da exploração dos portos e todas as outras que legalmente lhe pertençam e autorizar a restituição de verbas indevidamente cobradas; t) Promover a expropriação por utilidade pública de imóveis e exercer servidões administrativas e portuárias; u) Aprovar os regulamentos internos destinados à execução dos presentes Estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços e velar pelo seu cumprimento; v) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem; x) Constituir mandatários da sociedade com os poderes que julgue convenientes; z) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela assembleia geral.”

Visando garantir o regular funcionamento da estrutura orgânica da APA, S.A. e agilizar os procedimentos internos e de decisão, os membros do Conselho de Administração foram incumbidos, sem prejuízo do preceituado nos Estatutos da APA, S.A., em referência, e bem assim no n.º 2 do artigo 407.º do CSC, de se ocuparem das seguintes matérias de administração:

Presidente: Prof. Doutora Fátima Lopes Alves

As funções atribuídas à Presidente do Conselho de Administração da Empresa são as estabelecidas no artigo 13.º dos Estatutos da APA, S.A. bem como a coordenação da Direção de Gestão de Espaços e Ambiente e da Direção de Infraestruturas.

Vogal: Dr.ª Isabel Moura Ramos

Coordenação da Direção de Coordenação Portuária, Gabinete de Estratégia e Área de Desenvolvimento de Negócio.

Vogal: Dr. Helder do Vale Nogueira

Coordenação da Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional.

Vogal: Dr. Nuno Marques Pereira

Coordenação do Gabinete Jurídico.

4 – Comissões de Análise e Grupos de Trabalho

Objetivo: Assegurar uma pluralidade de contributos (das diferentes áreas funcionais) para questões ou projetos que digam respeito a determinados setores ou à Empresa na sua globalidade. No âmbito da Contratação Pública são designados júris responsáveis pela condução do procedimento.

5 – Apoio à Administração

Objetivo: Apoiar administrativamente o Conselho de Administração.

6 – Área de Desenvolvimento de Negócio

Objetivo: Coordenar a atividade comercial (captação, desenvolvimento e fidelização de clientes) e o Marketing.

⁷ – **Gabinete de Relações Externas**

Objetivo: Representar o Porto de Aveiro em organismos envolvidos na atividade portuária afirmando o seu posicionamento no âmbito nacional e internacional.

⁸ – **Gabinete Jurídico**

Objetivo: Assegurar a prestação do apoio jurídico à APA, S.A., bem como organizar e gerir todos os processos de contencioso.

⁹ – **Gabinete de Estratégia**

Objetivo: Assessorar o Conselho de Administração na definição das grandes linhas estratégicas, através da análise dos elementos macroeconómicos, das potencialidades/oportunidades de desenvolvimento e das respetivas necessidades, com vista à organização e planeamento da atividade portuária.

¹⁰ – **Direção de Coordenação Portuária**

Objetivo: Assegurar a gestão global da atividade portuária, procedendo à execução das operações portuárias e garantindo a manutenção dos equipamentos instalados.

¹¹ – **Direção de Infraestruturas**

Objetivo: Coordenar toda a atividade relacionada com obras e projetos (novas construções e manutenção das existentes).

¹² – **Direção de Gestão de Espaços e Ambiente**

Objetivo: Gerir o território e os recursos naturais, garantindo a qualidade do ambiente na área de jurisdição da APA, S.A..

¹³ – **Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional**

Objetivo: Assegurar o planeamento, organização e controlo de toda a atividade operacional das áreas de Contabilidade, Informática, Tesouraria, Recursos Humanos e Contratação Pública.

¹⁴ – **Departamento de Pilotagem**

Objetivo: Gerir os meios materiais e humanos afetos, de modo a garantir a prestação eficaz dos serviços (entradas e saídas da barra, navegação nos canais interiores, largadas e atracções) e uma resposta adequada a outras solicitações, internas ou externas.

¹⁵ - **Controlo de Gestão**

Objetivo: Coordenar e supervisionar as tarefas ligadas às áreas de auditoria e controlo de gestão; supervisionar a elaboração de procedimentos e definição de metodologias; definir melhorias a introduzir na gestão e funcionamento de processos; coordenar reuniões com os responsáveis das diversas áreas funcionais.

¹⁶ - **Responsável de Ambiente**

Objetivo: Identificar os impactes ambientais e avaliar a sua significância; elaborar o programa de gestão ambiental; colaborar na elaboração do relatório de suporte à revisão do SGA; definir os objetivos e metas ambientais.

Os limites materiais da delegação de competências para autorização de despesa com a aquisição de bens e serviços e a realização de empreitadas de obras públicas são os seguintes:

- Até 500 euros da Diretora Financeira e de Desenvolvimento Organizacional;
- De 500 euros até 5.000 euros de um membro do Conselho de Administração; e
- Acima de 5.000 euros do Conselho de Administração.

Ver também informação do ponto VIII-1 do presente documento.

8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas

N.º de reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho de Administração
49	Sede da APA, S.A.	Presidente do CA: Prof. Doutora Fátima Lopes Alves Vogal do CA: Dra. Isabel Moura Ramos Vogal do CA: Dr. Helder do Vale Nogueira Vogal do CA: Dr. Nuno Marques Pereira	Não se verificaram ausências
1	Sede da APA, S.A.	Vogal do CA: Dra. Isabel Moura Ramos Vogal do CA: Dr. Helder do Vale Nogueira Vogal do CA: Dr. Nuno Marques Pereira	Presidente do CA: Prof. Doutora Fátima Lopes Alves
3	Sede da APA, S.A.	Presidente do CA: Prof. Doutora Fátima Lopes Alves Vogal do CA: Dr. Helder do Vale Nogueira Vogal do CA: Dr. Nuno Marques Pereira	Vogal do CA: Dra. Isabel Moura Ramos
1	Sede da APA, S.A.	Presidente do CA: Prof. Doutora Fátima Lopes Alves Vogal do CA: Dra. Isabel Moura Ramos Vogal do CA: Dr. Helder do Vale Nogueira	Vogal do CA: Dr. Nuno Marques Pereira

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho de Administração

Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro do grupo

Atento o preceituado no n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da APFF, S.A., alterados em reunião de Assembleia Geral de 30 de março de 2011, e pelas Deliberações Sociais Unâнимes por Escrito de 28 de maio de 2010 e 19 de março de 2015, os administradores da APA, S.A. exerceram, durante o ano de 2021, funções, por inerência, na APFF, S.A..

Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, fora do grupo

Apresenta-se de seguida, os cargos exercidos, em simultâneo, pelos membros do Conselho de Administração fora do grupo, durante o ano de 2021.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade [Identificar]	Função [Identificar]	Regime [Público/Privado]
Prof. Doutora Fátima Lopes Alves	Universidade de Aveiro	Docente*	Público
Dr.ª Isabel Moura Ramos	Associação Wista Portugal	Membro da direção*	Privado
Dr. Helder do Vale Nogueira	n.e.	n.e.	n.e.
Dr. Nuno Marques Pereira	Assembleia Municipal de Aveiro e Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro **	Vogal	Público
	Universidade de Aveiro ***	Docente	Público

Legenda: n.e. - não exerceu.

* Função não remuneradas.

** Cessou funções em outubro de 2021.

*** Cessou funções em agosto de 2021.

c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos

Estabelece o artigo 6.º do Estatuto do Gestor Público que “o desempenho das funções de gestão deve ser objeto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objetivos fixados nas orientações previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99⁴, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em Assembleia Geral.”

Realça-se que, durante o ano de 2021, não foram celebrados contratos de gestão para os gestores da APA, S.A..

⁴ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e revogado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Ver também informação do ponto II-2 do presente documento.

d) Comissões existentes no órgão de administração. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Não existem comissões no seio do órgão de administração nem administradores delegados.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Conselho Fiscal

A fiscalização da sociedade compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., “a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia geral por um período de três anos.”

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A..

2. Composição do Conselho Fiscal, ao longo do ano 2021, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

De acordo com o número 1 do artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., o Conselho Fiscal é composto por uma presidente, dois vogais e um suplente.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Conselho Fiscal				
(2019-2021)	Presidente	Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares (Dr.ª Ana Soares)	AG	15-04-2019
(2019-2021)	Vogal	Dr. Pedro Alexandre Morais dos Santos (Dr. Pedro Morais dos Santos)	AG	15-04-2019
(2019-2021)	Vogal	Dr.ª Maria Fernanda de Sousa Rebelo Lopes Pires Borges (Dr.ª Maria Fernanda Borges)	AG	15-04-2019

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2019-2021)	Suplente	Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo (Dr. Pedro Grilo)	AG	15-04-2019
ROC				
(2015-2017) *	Efetivo	Deloitte & Associados, SROC, S.A. *	AG	26-07-2016

Notas:

* De acordo com o número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da APA, S.A., “Os membros dos órgãos sociais consideram-se investidos logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir”.

Legendas:

AG – Assembleia Geral.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros representantes do Conselho Fiscal. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos

Presidente do Conselho Fiscal - Dr.ª Ana Soares

Data de Nascimento: 28 de novembro de 1967

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Gestão na área Económica - Financeira pelo Instituto Superior de Gestão em Lisboa, em 1991;
- Pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, em 1996.

Percurso Profissional:

- Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro, onde exerceu funções essencialmente na Direção de Serviços de Tesouraria, de 1993 a setembro de 2007;
- Técnica Superior na Direção de Serviços do Orçamento da Direção-Geral do Orçamento e no secretariado técnico do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, de setembro de 2007 a setembro de 2009;
- Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Administração Financeira no Departamento Geral de Administração da Secretaria - Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de setembro de 2009 a fevereiro de 2012;
- Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XIX Governo Constitucional, de fevereiro 2012 a julho 2013;
- Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, desde 1 de outubro de 2013;
- Presidente do Conselho Fiscal da APA, S.A. (Mandatos: 2015-2018 e 2019-2021).

Vogal do Conselho Fiscal - Dr. Pedro Morais dos Santos

Data de Nascimento: 30 de julho de 1980

Habilitações Académicas:

- Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP);
- Licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP);
- Pós-Graduado em Gestão Avançada de Bancos e Programa Especializado de Gestão para Órgãos de Fiscalização de Bancos pelo Instituto Superior de Gestão Bancária (ISGB);
- Especialista em Contabilidade e Fiscalidade pelo IPP – Instituto Politécnico do Porto.

Percurso Profissional:

- Contabilista Certificado, Revisor Oficial de Contas e Auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários;
- Formador da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Membro da CNC-E – Comissão de Normalização Contabilística Empresarial;
- Representante da OROC na Accountancy Europe;
- Coordenador da Secção Regional do Norte da OROC;
- Professor convidado no ensino superior;
- Consultor Financeiro de 2007 a 2011 em diversas entidades do setor empresarial;
- Ingressou na PKF & Associados, SROC, Lda., em 2011, para exercer cargos de “Auditor Sénior”, de 2011 a 2012, “Manager”, de 2013 a 2014, e “Associated Partner”, de 2015 a 2017, com exercício profissional em Portugal, Angola e República Democrática do Congo;
- Presidente do Conselho Fiscal da CCAM da Bairrada e Agueira, CRL, desde 2019;
- Vogal do Conselho Fiscal da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., desde 15 de abril de 2019.

Vogal do Conselho Fiscal - Dr.ª Maria Fernanda Borges

Data de Nascimento: 10 de janeiro de 1959

Habilitações Académicas:

- Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Advogada inscrita na Ordem dos Advogados com a cédula profissional n.º 9642;
- Seminário de Alta Direção, realizado no Instituto Nacional de Administração (2004).

Percurso Profissional:

- Técnica Superior Jurista, na Direção-Geral do Património do Estado (DGP), desde maio de 1990 até abril de 2008;
- Chefe de Divisão de Serviços Especiais (DGP), desde dezembro de 1995 até de janeiro de 2000.
- Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros (DGTF), maio desde 2008 até junho de 2009.
- Chefe de Divisão de Alienação de Bens da Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DGP) desde janeiro de 2000 até 2005.
- Assessora Principal, na DGTF, desde abril de 2008 até março de 2015.
- Técnica Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças do Mapa de Pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), desde março de 2015.
- Diretora do Curso de Aperfeiçoamento de Quadros Técnicos Intermédios de Gestão Patrimonial, por Despacho n.º 1723/98 do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.
- Membro da Comissão de Projetos sobre Legislação de Enquadramento (CPL), no âmbito da Estrutura de Missão para a Reforma da Administração Patrimonial do Estado. no período de 2000 a 2004.
- Presidente das Comissões de Alienação de Imóveis por Hasta Pública da D.G.P. no período de 2000 a 2004.
- Vogal do Conselho Fiscal da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A., desde julho de 2015 até dezembro de 2017;
- Secretária da Assembleia-Geral da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., desde 21 de março de 2018;
- Delegada da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), desde novembro de 2018 até novembro de 2020;
- Vogal do Conselho Fiscal da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., desde 15 de abril de 2019.

Vogal suplente do Conselho Fiscal - Dr. Pedro Grilo

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia na Universidade Católica Portuguesa (1989);
- Master in Business and Administration (MBA) da Universidade Nova de Lisboa (1999).

Percurso Profissional:

- Estágio no Banco de Fomento e Exterior na área de análise de projetos, de 1989 a 1990;

- Técnico Superior do Gabinete de Estudos da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em 1992;
- Técnico Superior na área da dívida pública na DGTF, de 1992 a 1996;
- Técnico Superior da Divisão de Coordenação Orçamental e Bonificações, de 1996 a 2004;
- Técnico Superior da Divisão de Garantias e Empréstimos, desde 2004.
- Vogal efetivo do Conselho Fiscal da REFER – Rede Ferroviária Nacional, EPE, de 2013 a 2015;
- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., desde 2013;
- Vogal efetivo do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A., desde 2017;
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., desde 16 de abril de 2019;
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da idD – Portugal Defence, S.A. (2020-2022).

4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

A APA, S.A. não dispõe da figura de “Auditor Externo”, apenas dispõe de um Revisor Oficial de Contas (ROC), nomeado, sob proposta do Conselho Fiscal, pelo Acionista Único da Empresa.

5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras

Não existem outras funções atribuídas ao órgão de fiscalização, para além das referidas.

6. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º CSC

Todos os membros que compõem o Conselho Fiscal da Empresa cumprem as regras de independência previstas no n.º 5 do artigo 414.º do CSC. Mais se realça, que os elementos do Conselho Fiscal em funções, foram designados sob proposta da DGTF, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que prevê no n.º 2 do artigo 33.º, a obrigatoriedade de, pelo menos, um dos membros efetivos do Conselho Fiscal ser designado sob proposta da DGTF.

7. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro

N.º de reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
12	Por meios telemáticos	Presidente do CF: Dr.ª Ana Soares Vogal do CF: Dr.ª Maria Fernanda Borges Vogal do CF: Dr. Pedro Morais dos Santos	Não se verificaram ausências

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro do grupo

O Conselho Fiscal não exerceu cargos em empresas do grupo.

Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, fora do grupo

As funções desempenhadas, fora do grupo, pelos membros do Conselho Fiscal, durante o ano de 2021, foram as seguintes:

Dr.ª Ana Soares (Presidente do Conselho Fiscal)

- Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, desde 1 de outubro de 2013;
- Vogal Efetiva do Conselho Fiscal do HSOG-Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E. P. E. e da ULSAM-Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. (Mandato: 2018-2020), a acompanhar o mandato desde fevereiro de 2021;
- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infra- estruturas do Alqueva, SA. (Mandato: 2018-2020);
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. (Mandato: 2017-2019); e
- Presidente do Conselho Fiscal da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, S.A. (Mandato: 2013-2016).

Dr. Pedro Morais dos Santos (Vogal do Conselho Fiscal)

- Exerce funções de Revisor Oficial de Contas, Consultoria, Fiscal Único e membro de Conselhos Fiscais em diversos setores de atividade.

Dr.^a Fernanda Borges (Vogal do Conselho Fiscal)

- Técnica Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças do Mapa de Pessoal da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), desde março de 2015.
- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da LUSA, desde 21 de março de 2018.

Dr. Pedro Grilo (Vogal suplente do Conselho Fiscal)

- Técnico Superior da Divisão de Garantias e Empréstimos na DGTF, desde 2004.
- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., desde 2013; e
- Vogal efetivo do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A., desde 2017;
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da idD – Portugal Defence, S.A. (2020-2022).

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo

Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da APA, S.A., inscrita na OROC sob o n.º 43 e na CMVM sob o n.º 20161389, representada por Dr. Miguel Nuno Machado Canavarró Fontes, inscrito na OROC sob o n.º 1397 e na CMVM sob o n.º 20161007, ou, em substituição, por Dr. Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar, inscrito na OROC sob o n.º 1300 e na CMVM sob o n.º 20160910.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa

A Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegurando parcialmente a execução, na ordem jurídica interna, do

Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão n.º 2005/909/CE da Comissão. Essas alterações manifestam-se, com particular incidência, na configuração de um regime jurídico de reforçada exigência, aplicável às entidades de interesse público, assim qualificadas nos termos da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. Nesse sentido impõe-se, a título de requisito de independência, a rotação da sociedade de revisores oficiais de contas com uma periodicidade não superior a dez anos (n.º 3 do artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro). Assim, em reunião de Assembleia Geral de 26 de julho de 2016, o Acionista Estado, sob a proposta do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 446.º do CSC, elegeu a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Dr. Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ou, em substituição, por Dr. Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar inscritos na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob os n.ºs 1397 e 1300, respetivamente, para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2015-2017. Refira-se que, de acordo com o número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da APA, S.A., “Os membros dos órgãos sociais consideram-se investidos logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir”.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano de 2021

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas	
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Contratada	no grupo ⁴	na empresa
(2015-2017) ¹	ROC	Deloitte & Associados, SROC, S.A. ²	43	20161389	AG	26-07-16	17.450 € ³	6	6

Notas:

¹ De acordo com o número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da APA, S.A., “Os membros dos órgãos sociais consideram-se investidos logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir”.

² Representada por Dr. Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes ou, em substituição, por Dr. Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar;

³ De acordo com o valor constante no contrato de prestação de serviços celebrado entre a APA, S.A. e a Deloitte & Associados, SROC, S.A. pela prestação do serviço de Revisor Oficial de Contas no período findo em 31 de dezembro de 2021.

⁴ – O grupo foi criado em 2008.

Legenda:

AG – Assembleia Geral.

Nome	Remuneração Anual 2021 (€)
	Bruta
Deloitte & Associados, SROC, Lda	23 450 *
Total	23 450

* Inclui 6.000 euros referentes a honorários adicionais, pagos em 2021, referentes à Certificação Legal de Contas do exercício de findo a 31 de dezembro de 2019.

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Para além dos serviços de Revisor Oficial de Contas a Deloitte & Associados, SROC, S.A., e os respetivos representantes, não prestaram, no ano 2021 quaisquer outros serviços.

F. Conselho Consultivo

1. Composição, ao longo do ano 2021, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandatado de cada membro

A APA, S.A. não dispõe de um conselho consultivo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica a criação de tal órgão.

G. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de auditor externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica a sua contratação.

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano de 2021

Não aplicável.

2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

Não aplicável.

- 3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação**
Não aplicável.
- 4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁵ e discriminação da percentagem respeitante aos serviços**
Não aplicável.

⁵ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da alínea b) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa

Atento o preceituado no n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, “*as eventuais alterações aos Estatutos aprovados pelo presente diploma produzirão todos os seus efeitos desde que deliberadas nos termos neles previstos e com observância das disposições aplicáveis da lei comercial e do presente diploma, sendo bastante a sua redução a escritura pública e subsequente registo*”. No ano de 2021, não foram efetuadas alterações aos estatutos da sociedade.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa

A APA, S.A. dispõe de uma política de comunicação de irregularidades que garante os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas, consagrada no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), a qual estabelece as principais linhas orientadoras de atuação, os responsáveis pela análise das causas das irregularidades e a definição de medidas corretivas e/ou preventivas e a sua posterior avaliação.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional

O PPRCIC do Grupo, disponível em <https://portodeaveiro.pt/governo-sociedade/pt/#relatorioanual>, reflete as imposições da Resolução da Assembleia da República n.º 53/2011, que introduziu a política de comunicação de alegadas irregularidades no seio da organização e da Recomendação n.º 5/2012 do Conselho de Prevenção da Corrupção.

O PPRCIC do Grupo obedece aos princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e da transparência dos atos e de decisões, inerentes à otimização dos recursos próprios da governação ética e da gestão por objetivos.

Importa ainda salientar que esta Administração Portuária procede, anualmente, nos termos do artigo 46.º do RJSPE, à realização de um relatório identificativo das ocorrências ou riscos de

ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008, de 04 de setembro, disponível em <https://portodeaveiro.pt/governo-sociedade/pt/#relatorioanual>.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa)

Atenta a redação do n.º 1 do artigo 33.º do RJSPE, bem como do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, a criação de um Conselho Fiscal, para o exercício de fiscalização na APA, S.A. é facultativa. Sem prejuízo, foi entendimento do Acionista da Empresa reforçar a referida função de fiscalização através da nomeação de um Conselho Fiscal.

Ressalta-se ainda, que, de acordo com o artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., a fiscalização da sociedade compete *“a um Conselho Fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia geral por um período de três anos.”*

Ademais, a Empresa engloba no seu organograma um órgão dedicado ao Controlo de Gestão, que dinamiza reuniões trimestrais com os quadros dirigentes.

Ainda no domínio do Sistema de Controlo Interno (SIC) da Empresa, importa destacar que a APA, S.A. elabora um conjunto de instrumentos de gestão que visam proteger os investimentos e os seus ativos, dos quais destacamos:

- O PAO que integra o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento;
- Documentos anuais de prestação de contas;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, os quais são objeto de parecer do órgão de fiscalização da Empresa;
- Planos Anuais de Auditoria Interna, focados nas áreas identificadas no PPRCIC como mais propensas ao risco; e
- Plano de Emergência Interno.

Atento o exposto, consideramos que o atual SCI é adequado à dimensão e complexidade desta Administração Portuária.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida

A APA, S.A. engloba no seu organograma um órgão cujo objetivo é coordenar e supervisionar as tarefas ligadas às áreas de auditoria e controlo de gestão; supervisionar a elaboração de procedimentos e definição de metodologias; definir melhorias a introduzir na gestão e funcionamento de processos e coordenar reuniões com os responsáveis das diversas áreas funcionais.

Ademais, o PPRCIC do Grupo contém indicações claras e precisas, não só sobre a função e as responsabilidades de cada interveniente ou grupo de intervenientes, mas também sobre os recursos necessários e disponíveis e as formas adequadas de comunicação interna.

O quadro seguinte identifica os intervenientes e as respetivas funções e responsabilidades.

Gestão de Riscos	
Decisor	Função e Responsabilidades
Presidente do Conselho de Administração (delegando no Controlo de Gestão a função de responsável pela gestão de risco do Grupo)	<ul style="list-style-type: none"> – Exercer a função de responsável pela gestão de risco do Grupo; – Estabelece a arquitetura e os critérios da gestão de risco, zelando pela sua revisão quando necessário; – Recebe e comunica os riscos, tomando as medidas inseridas na sua competência; e – Elaborar o respetivo Relatório Anual de Execução do Plano.
Diretores, Chefes de Serviço, Chefes de Setor e Órgãos de Assessoria e apoio à Gestão	<ul style="list-style-type: none"> – São responsáveis pela organização, aplicação e acompanhamento do plano na respetiva área de influência; – Identificam, recolhem e comunicam ao Controlo de Gestão qualquer ocorrência de risco com provável gravidade maior; e – Responsabilizam-se pela eficácia das medidas de controlo do risco na sua esfera de atuação

3. Em caso de existência de plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas

Ver informação dos pontos II e VI.B.7. do presente documento.

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa

O órgão que possui competências de controlo interno e de gestão de riscos – controlo de gestão – depende hierárquica e funcionalmente da Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, conforme evidenciado no organograma da APA, S.A..

Ver ponto V-C-7 do presente documento.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Ver informação do ponto VI-B-2, do presente documento.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade

A APA, S.A. procede a uma política de gestão de risco, assumindo uma postura conservadora.

De entre os principais riscos destacamos as seguintes estruturas de ação:

- riscos ambientais, são uma das principais responsabilidades da Empresa. Estes são monitorizados e minimizados através de princípios de atuação (gestão racional e eficiente de recursos (água e energia)); prevenção da poluição e minimização dos impactes ambientais significativos; cumprimento dos requisitos legais; incentivo da Comunidade Portuária à melhoria constante do seu desempenho ambiental; cooperação e comunicação com entidades externas;
- riscos de segurança são regularmente reavaliados e objeto da atuação de colaboradores especializados e da coordenação de diversas entidades no âmbito da Proteção Civil;
- riscos de negócio, apesar da complexidade crescente, são objeto de uma política financeira com base na previsibilidade das receitas futuras, sempre que possível com base contratual;
- riscos de conformidade, com a legislação e contratos, são objeto de procedimentos internos com forte intervenção dos nossos colaboradores jurídicos;
- riscos operacionais, correspondem aos riscos inerentes das operações portuárias associadas à carga e ao navio;
- riscos regulamentares, a APA, S.A. deve assegurar o acompanhamento das exigências legais e normativas a que está obrigada a observar, pois encontra-se

sujeita à regulação setorial exercida pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes; e

- risco financeiro, a APA, S.A. dá cumprimento aos limites máximos de crescimento do financiamento remunerado, corrigido pelo capital social realizado, conforme definido no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, leia-se 2%.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos

Conforme referido no PPRCIC do Grupo, de entre os diversos processos existentes no Grupo, os critérios de identificação de riscos incidiram, em particular, nos seguintes fatores:

- Aquisições diretas de bens ou serviços para o Grupo, com o dispêndio de recursos financeiros significativos;
- Processos em que o Grupo concede direitos a cidadãos ou empresas, como por exemplo, concessões, licenças, autorizações e alvarás;
- Processos que envolvem transferência de recursos entre o Grupo e a Administração Pública, cidadãos ou empresas; e
- A cadeia decisória está sob toda a responsabilidade do Grupo.

Para classificar os riscos deverão ser considerados critérios de Probabilidade da Ocorrência (PO) e de Gravidade da Consequência (GC).

O nível de risco irá ser uma combinação da **Probabilidade da Ocorrência (PO)** com a **Gravidade da Consequência (GC)**, da qual resultará a **Graduação do Risco (GR)**.

A cada risco identificado é atribuída uma graduação de acordo com a avaliação efetuada sobre a probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência, conforme estabelecido na tabela infra (FERMA, 2003)⁶.

⁶ Federation of European Risk Management Association (FERMA)

Probabilidade de Ocorrência	Baixa	Média	Alta
Fatores de graduação	A prevenção de uma ocorrência decorre das medidas de controlo já existentes.	A prevenção de uma ocorrência carece de medidas de controlo adicionais.	As medidas de controlo adicionais podem não ser suficientes para prevenir uma ocorrência.
Gravidade da Consequência	Baixa	Média	Alta
Fatores de graduação	Redução da eficiência de desempenho da organização (ao nível interno), necessitando de uma redefinição dos processos.	Dano sobre a eficiência dos procedimentos e eficácia dos objetivos da organização (ao nível interno), necessitando de uma redefinição dos processos em função dos objetivos.	Danos sobre a eficiência, eficácia, imagem, integridade e reputação da instituição (a nível interno e externo), carecendo de respostas mais profundas.

Os riscos serão analisados numa matriz da qual resultará a graduação do risco (graus) **fraco**, **moderado** e **elevado**, respetivamente **um (1)**, **dois (2)** e **três (3)**.

Probabilidade Ocorrência (PO) Gravidade Consequência (GC)	Baixa	Média	Alta
Alta	Moderado (2)	Elevado (3)	Elevado (3)
Média	Fraco (1)	Moderado (2)	Elevado (3)
Baixa	Fraco (1)	Fraco (1)	Moderado (2)

Após a identificação dos riscos, é necessário determinar quais as medidas a pôr em prática para que o risco não venha a ocorrer ou seja minimizado no caso de ser impossível evitá-lo.

Esta resposta pode assumir quatro opções de tratamento:

- **Evitar** – decisão de não estar envolvido no evento que propicia o risco;
- **Reduzir ou prevenir** – realização de um conjunto de ações que permita minimizar o impacte (redução da utilização dos serviços/eventos) ou minimizar a probabilidade de ocorrência (implementação de controlos para prevenir o risco);
- **Transferir** – reduzir a probabilidade ou impacte do risco transferindo para outros ou partilhando uma parte do risco; e
- **Aceitar** – aceitação do possível risco e perdas/benefícios associados após análise detalhada, e face à impossibilidade de tomada de posição pela organização.

Na determinação das opções de tratamento dos riscos e das eventuais medidas de prevenção, a gestão deverá considerar:

- Os efeitos das potenciais respostas na probabilidade e no impacto da ocorrência do evento na organização, bem como tendo em conta a opção que melhor se adapte ao nível de risco tolerável pela organização; e
- O custo versus o benefício da potencial resposta.

Não obstante as medidas preventivas, previstas no PPRCIC, salientam-se as seguintes:

- Generalização do sistema de gestão de qualidade pela Empresa;
- Intervenção das unidades orgânicas com responsabilidade na auditoria interna;
- Reforço dos mecanismos do controlo interno, designadamente da segregação de funções e da supervisão;
- Formação adequada dos recursos humanos, designadamente sobre o risco de corrupção e infrações conexas;
- Assegurar a motivação dos trabalhadores e a promoção do mérito; e
- Acompanhamento, avaliação e atualização deste plano.

O **Mapa de Registo de Risco**, abaixo apresentado, deve ser utilizado para proceder ao levantamento e à avaliação dos riscos e indicar as soluções para os evitar, minimizar, sem prejuízo das especificidades de alguns Departamentos/Serviços.

Atividade/função	Identificação do risco	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
------------------	------------------------	----	----	----	----------------------

PO – Probabilidade de Ocorrência: 1 – Baixa; 2 – Média; 3 – Alta.

GC – Gravidade da Consequência: 1 – Baixa; 2 – Média; 3 – Alta;

GR – Graduação do Risco: 1 – Fraco; 2 – Moderado; 3 – Elevado.

Nos Mapas de Registo de Risco, constantes do PPRCIC, são identificadas as atividades e/ou funções exercidas pela APA, S.A., por área funcional, e destacadas pela razão de conterem potencial risco, quando avaliadas à luz dos critérios para classificação de risco e respetiva matriz de risco.

O controlo periódico, no sentido de se verificar se está a ser assegurado o cumprimento das regras do Plano e os seus efeitos práticos é da responsabilidade da Presidente do Conselho de Administração.

A revisão e a validação anuais constam no Relatório de Execução Anual do PPRCIC, identificativo das ocorrências de Execução elaborado, anualmente, pelo Controlo de Gestão, com o contributo das Direções e Órgãos de Assessoria.

Para além da periodicidade das revisões, validações e atualizações acima indicadas, os Dirigentes e outros responsáveis informam o Presidente do Conselho de Administração, sempre que surjam riscos elevados que importe prevenir.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Adicionalmente à informação referida nos pontos B-1, B-2 e B-7 supra, realça-se que a APA, S.A. presta informação à DGTF, ao Ministério responsável pelo respetivo setor, à UTAM, ao Tribunal de Contas, ao Instituto Nacional de Estatística e ao Banco de Portugal, nos termos da legislação em vigor.

Durante o ano de 2021, a APA, S.A. divulgou a informação financeira, nos termos da legislação em vigor.

Realçamos ainda que, os circuitos e controlos inerentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, são objeto de acompanhamento e validação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e pelo Conselho Fiscal, o qual é responsável pela emissão de parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento, os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Anuais.

C. Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da empresa onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta

1.1 Legislação e Regulamentos externos

A atividade da APA, S.A. contextualiza-se numa envolvente legal e regulamentar extensa, de que destacamos:

- Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro: transforma a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, em APA, S.A., e aprova os respetivos Estatutos, aditado pelos Decretos-Lei n.os 40/2002, de 28 de fevereiro, e 46/2002, de 2 de março;

- Decreto-Lei n.º 40/2002, de 28 de fevereiro: altera a área de jurisdição da APA, S.A. e transfere competências no domínio público hídrico para o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março e pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio: atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro: Cria a APFF, S.A. e aprova os seus Estatutos, sociedade com capital social inteiramente subscrito e realizado pela APA, S.A.;
- Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de outubro: aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP);
- Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, alterada pelas Portarias n.º 364/2000, de 23 de junho; n.º 345/2001, de 6 de abril; n.º 218/2002, de 12 de março; n.º 576/2003, de 16 de julho; n.º 577/2003, de 16 de julho; n.º 1181/2004, de 14 de setembro; n.º 1182/2004, de 14 de setembro; n.º 1146/2005, de 8 de novembro; n.º 778/2006, de 9 de agosto, n.º 849/2007, de 7 de agosto; n.º 270/2008 de 9 de abril e n.º 653/2009 de 16 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro: estabelece as tabelas salariais e outras remunerações específicas, o mapa de pessoal e a descrição de funções das carreiras e categorias profissionais, bem como os critérios a considerar no recrutamento para os cargos de direção e chefia e o respetivo regime de substituição, do pessoal das administrações portuárias;
- Portaria n.º 633/1999, de 11 de agosto: estabelece o estatuto remuneratório do pessoal técnico de pilotagem;
- Portarias n.ºs 365/2000, de 23 de junho, n.º 344/2001, de 6 de abril, n.º 217/2002, de 12 de março, n.º 576/2003, de 16 de julho, n.º 898/2003, de 26 de agosto, n.º 1186/2004, de 15 de setembro, n.º 1139/2005, de 7 de novembro, n.º 779/2006, de 9 de agosto, n.º 271/2008 de 9 de abril e n.º 652/2009 de 16 de junho: atualizam os montantes da tabela de remunerações da tabela de remuneração base e diuturnidades do pessoal técnico de pilotagem;
- Lei n.º 58/2019, 8 de agosto: assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;

- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e n.º 42/2016, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 169-B(2019, de 3 de dezembro: estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas;
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelos Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Conselho de Ministros (RCM) n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e da RCM n.º 36/2012, de 26 de março, pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 22-C/2021, de 22 de março: aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP);
- RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e sucessivamente alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, objeto de retificação pelas Declarações de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, 42/2017, de 30 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 04 de dezembro e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio: aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam natureza de contrato administrativo;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de dezembro: aprova as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março: estabelece o regime jurídico de serviço público de pilotagem nos portos e aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;
- Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de março: estabelece o regime das contraordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias;

- Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 129/2010, de 07 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 6/2017, de 06 de janeiro: aprova o Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente;
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro: aprova as normas de enquadramento do Regulamento n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, relativo ao reforço da proteção dos navios e das instalações portuárias, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, relativo ao reforço da segurança nos portos;
- Decreto-Lei n.º 61/2012, de 14 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 27/2015, de 6 de fevereiro, e sucessivamente alterado pelo Decreto-Lei n.º 93/2020, de 3 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 101-F/2020, 07 de dezembro: transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, alterada pela Diretiva n.º 2013/38/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto designadamente pela aplicação das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios;
- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 236/2004, de 18 de dezembro; pelo Decreto-Lei n.º 51/2005, de 25 de fevereiro; pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 52/2012, de 07 de março; pelo Decreto-Lei n.º 121/2012, de 19 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 3/2016, de 12 de janeiro: que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios;
- Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, e pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro: estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2012/18/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas;
- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, pela Lei n.º

- 82-D/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pelo Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de outubro, pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 20/2021, de 16 de abril: aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, e a Diretiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, alterado pelos Decretos-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto, n.º 57/2009, de 03 de março, n.º 83/2017, de 18 de julho e n.º 102/2020, de 09 de dezembro: relativo aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos provenientes de carga, com origem em navios que utilizem os portos nacionais;
 - Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março; pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho; pela Lei n.º 17/2014, de 10 de abril; pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho: que aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
 - Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 46/2016, de 18 de agosto: que estabelece o regime jurídico aplicável ao ordenamento e utilização do espaço marítimo nacional, incluindo o licenciamento da imersão de dragados no mar;
 - RCM n.º 25/93, de 15 de abril: estabelece um plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas (Plano Mar Limpo);
 - Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio: Regulamento Geral de Ruído;
 - Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, pela Lei n.º 2/2020, de 03 de março e pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro: estabelece o regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, transpondo para o direito nacional o disposto na Diretiva (UE) n.º 2015/2193, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015;

- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 02 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro e pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro: aprova o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente e demais legislação complementar;
- Lei n.º 20/2015, de 09 de março: procede à alteração (nona alteração) da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto;
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, alterado pelas Leis n.º 58/2019, de 12 de agosto, n.º 33/2020, de 12 de agosto e 68/2021, de 26 de agosto: aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março e pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio: atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- RCM n.º 19/2012, de 8 de março: determina a adoção de medidas de promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas;
- Decreto-Lei n.º 23/2017 de 31 de fevereiro: aprova a Convenção Internacional para o controlo e Gestão das Águas de Lastro e Sedimentos dos Navios, adotada em Londres a 13 de fevereiro de 2004, pela OMI.
- Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro: aprova o Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021);
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho: que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2019 (DLEO 2019), em vigor até à publicação do DLEO para 2020, nos termos do disposto no artigo n.º 210.º;
- Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho, de Sua Excelência o SET, referente às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Setor Empresarial do Estado.

1.2 Regulamentos internos

Os regulamentos internos da APA, S.A. encontram-se disponíveis para consulta na página da Internet da empresa <https://portodeaveiro.pt/regulamentos-tarifarios/pt/>, destacando-se os seguintes:

- Regulamento de Geral de Tarifas da APA, S.A.;
- Regulamento de tarifas específico para o fornecimento de energia elétrica;
- Regulamento de tarifas específico para o fornecimento de água potável;
- Regulamento de tarifas específico para a recolha de resíduos;
- Regulamento de tarifas específico para licenças e serviços diversos;
- Regulamento de drenagem das águas residuais da APA, S.A.;
- Regulamento de atribuição de subsídios;
- Regulamento de gestão de resíduos do Porto de Aveiro;
- Regulamento para o fornecimento de energia elétrica;
- Regulamento para o fornecimento de água potável;
- Regulamento para atribuição de usos privativos de terrenos e de edificados dominiais;
- Regulamento do porto de pesca costeira do Porto de Aveiro;
- Regulamento de exploração da APA, S.A.;
- Regulamento de segurança do Porto de Aveiro;
- Regulamento do serviço de tráfego marítimo (VTS);
- Normas de Segurança Marítima e Portuária de Aveiro;
- Normas para utilização dos terminais de carga seca do Porto de Aveiro; e
- Normas para utilização das ponte-cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro.

A APA, S.A. dispõe ainda dos seguintes regulamentos internos:

- Regulamento interno para cobrança de juros sobre dívidas em mora;
- Regulamento de atribuição e utilização de viaturas da APA, S.A.;
- Manual de responsabilidades;
- Manual de acolhimento: aplica-se a todos os novos colaboradores da APA, S.A. bem como a estagiários (numa versão adaptada) ou prestadores de serviços com um contacto mais prolongado com esta administração portuária;
- Procedimento de formação, sensibilização e competência;
- Instrução de trabalho – Processo de Acolhimento;
- Regulamento de Avaliação do Desempenho;

- Código de ética e de conduta;
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas; e
- Regulamento da Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e Substâncias Psicoativas.

2. Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vide artigo 47.º do RJSPE)

A APA, S.A. detém como princípios orientadores da sua atividade, publicamente consagrados no seu Código de Ética e de Conduta, o respeito pelos direitos humanos e a promoção ativa do respeito pela igualdade de oportunidades para todos os seus colaboradores e potenciais colaboradores. Todas as suas práticas, políticas e procedimentos laborais estão orientadas no sentido de prevenir a discriminação e tratamento diferenciado em função da raça, género, orientação sexual, credo, estado civil, deficiência física, orientação política ou de opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, naturalidade ou associação sindical.

Realça-se que o Código de Ética da APA, S.A., aprovado em 11 de fevereiro de 2009 pelo Conselho de Administração e revisto em 17 de novembro de 2022, foi oportunamente divulgado, por correio eletrónico, junto de todos os trabalhadores, encontrando-se disponível na página da Internet da Empresa <https://portodeaveiro.pt/responsabilidade-social/pt/#eticaeconduta>.

Acresce informar que a revisão do Código de Ética da APA, S.A., elaborada a 23 de junho de 2022, atendeu às normas portuguesas NP 4460-1:2007, “*Ética nas Organizações Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações*”, e NP 4460-2:2010, “*Ética nas organizações Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações*”.

- 3. Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativa à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PPRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE)**

Conforme já referido, o PGRCIC do Grupo está disponível, para consulta no sítio da internet da Empresa. Ademais, atento o artigo 46.º do RJSPE, esta Administração Portuária procede, anualmente, à realização de um relatório identificativo das ocorrências ou riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008, de 04 de setembro, disponível em <https://portodeaveiro.pt/governo-sociedade/pt/#relatorioanual>.

Mais se informa que, em 2021 não foram denunciadas situações ou apresentadas reclamações envolvendo membros do Conselho de Administração ou qualquer colaborador da APA, S.A. que pudessem ser consideradas como potenciadoras e/ou geradoras de conflitos de interesses ou indiciadores de atos de corrupção ou de ilícitos cometidos.

D. Deveres Especiais de Informação

- 1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:**

- a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo**

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/informacao-financeira/pt/#prestacoesgarantias>.

- b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar**

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/uploads/2020-08-25-13-35-05-Doc-n5--2020-grau-execu-obje-fixad.pdf>.

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/informacao-financeira/pt/#planosactividade>.

d) Orçamento anual e plurianual

Ver alínea anterior.

e) Documentos anuais de prestação de contas

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/informacao-financeira/pt/#documentosanuais>.

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/informacao-financeira/pt/#relatoriostrimestrais>.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE)

A referida informação é disponibilizada ao público em geral na página da Internet da empresa através dos seguintes endereços <https://portodeaveiro.pt/prestacao-servico-publico/pt/>; <https://portodeaveiro.pt/informacao-financeira/pt/> e <https://portodeaveiro.pt/responsabilidade-social/pt/>.

A informação é ainda disponibilizada, de forma regular, à DGTF, através da plataforma do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) e ao público em geral, no site www.dgtf.pt, separador Setor Empresarial do Estado (SEE).

E. Sítio da Internet

1. Indicação do endereço utilizado na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (vide artigo 53.º do RJSPE)

a) **Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC**

Informação disponível em <https://www.portodeaveiro.pt/identificacao-empresa/pt/>.

b) **Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões**

Informação disponível em <https://www.portodeaveiro.pt/governo-sociedade/pt/#estatutos>.

c) **Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios**

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/governo-sociedade/pt/>.

d) **Documentos de prestação de contas anuais⁷**

Informação disponível em <https://www.portodeaveiro.pt/informacao-financeira/pt/#documentosanuais>.

e) **Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais de prestação de serviço público**

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/prestacao-servico-publico/pt/#servicopublico>.

f) **Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios**

Informação disponível em <https://portodeaveiro.pt/prestacao-servico-publico/pt/#apoiosfinanceiros>.

⁷ Conforme resulta do n.º 2 do artigo 70.º do CSC, devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. **Referência ao contrato celebrado com a empresa pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE)**

Não aplicável, porquanto a prestação de serviço público pela APA, S.A. não é remunerada pelo Estado, pelo que inexistente contrato previsto no n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE.

2. **Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE), das quais deverão constar os seguintes elementos: associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; critérios de avaliação e revisão contratuais; parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A empresa deve apresentar evidência do seguinte:**
 - a) **Que elaborou uma proposta de contratualização da prestação do serviço público;**
 - b) **Que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e**
 - c) **Que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.**

A APA, S.A. não apresentou as propostas de contratualização previstas no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE, dado que não foi previamente definido o nível de serviço público a prestar, conforme preceituado na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º do mencionado diploma.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais	De acordo com o artigo 8.º dos Estatutos da APA, S.A., é competência da Assembleia Geral, deliberar sobre as remunerações dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos.
--	---

2. Identificação dos mecanismos⁸ adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE)

Os membros dos órgãos da administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Para o efeito, encontram-se em vigor na Empresa um conjunto de procedimentos de segregação de funções e níveis de autorização. A título de exemplo refere-se que a autorização inicial da despesa (Nota de Encomenda) de um administrador é sempre efetuada por outro membro do Conselho de Administração, sendo posteriormente a autorização do pagamento da despesa aprovada por dois elementos do Conselho de Administração.

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas

Em anexo são apresentadas as declarações de incompatibilidade e impedimentos para Gestor Público, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março, firmadas pelos membros do Conselho de Administração que exerceram funções em 2021. Nas mencionadas declarações os gestores públicos declaram-se *“impedidos de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em relação ao seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum”*, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 51.º do RJSPE.

⁸ Mecanismos diversos dos inerentes à evidenciação ou menção a que se refere o ponto 3 seguinte.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio

Não existe.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2019-2021, foram fixadas através de Assembleia Geral de 15 de abril de 2019, nos moldes seguintes:

“Fixação do estatuto remuneratório e demais regalias e benefícios sociais para os membros do Conselho de Administração da APA, S.A., no triénio 2019-2021, nos termos seguintes:

- *Presidente: Vencimento mensal ílíquido de 4.864,34 euros, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.945,74 euros, pago 12 vezes por ano;*
- *Vogal Executivo: vencimento mensal ílíquido de 3.891,47 euros, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.556,59 euros, pago 12 vezes por ano.*

Os membros executivos do Conselho de Administração usufruem, ainda, das seguintes regalias ou benefícios sociais:

- a) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;*
- b) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e*
- c) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes aos planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, de acordo com o artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público.*

Não é permitida:

- a) *A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e*
- b) *O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.”*

Conselho Fiscal

As remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal, para o mandato de 2019-2021, foram fixadas em Assembleia Geral de 15 de abril de 2019, nos seguintes termos: *“Para o Conselho Fiscal fixam-se as seguintes remunerações:*

- *Presidente: Valor mensal de 1.362,01€, pago 14 vezes por ano;*
- *Vogal efetivo: Valor mensal 1.021,51€, pago 14 vezes por ano.”*

ROC

As remunerações auferidas pelo Revisor Oficial de Contas, para acompanhar o mandato de 2015-2017, foram fixadas pelo Acionista Estado, na Assembleia Geral realizada no dia 26 de julho de 2016, nos seguintes termos: *“A remuneração anual ilíquida do revisor Oficial de Contas (ROC) deve constar do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração e o ROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração mensal global ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração da APA, S.A.; Ao valor da prestação de serviços, pago 12 vezes ao ano, acresce o IVA à taxa legal em vigor; Deverão ser reembolsadas pela entidade ao ROC, as despesas de transporte e alojamento bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções; Ao valor mensal determinado deverão ser aplicadas as reduções e reversões remuneratórias vigentes, bem como outras disposições que venham a ser legalmente determinadas; Nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, durante o ano de 2016, como medida excecional de estabilidade orçamental e para cumprimento das obrigações internacionais e europeias, são prorrogados os efeitos temporários das normas e medidas, cuja vigência esteja condicionada à manutenção dos procedimentos por défice excessivo ou do Programa de Assistência Económica e Financeira, pelo que as remunerações a auferir não poderão exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.”*

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da APA, S.A. obedece ao Estatuto do Gestor Público. Assim, é adotada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos titulares do Conselho de Administração, designadamente, não havendo lugar à atribuição de prémios de gestão.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Não foi atribuída, aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2021.

4. Explicação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não aplicável. Ver informação identificada no ponto VII-C-3 do presente documento.

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio

Não foram celebrados contratos de gestão para o ano de 2021.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais

Não foram atribuídos aos administradores regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. **Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem**

Membro do Órgão de Administração (CA)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
Prof. Doutora Fátima Lopes Alves	S	B	4 864,34	1 945,74
Dr.ª Isabel Moura Ramos	S	B	3 891,47	1 556,59
Dr. Helder do Vale Nogueira	S	B	3 891,47	1 556,59
Dr. Nuno Marques Pereira	S	B	3 891,47	1 556,59

Legenda:
S – Sim; N - Não

Membro do CA	Remuneração Anual - 2021 (€)		
	Fixa * (1)	Variável (2)	Bruta (3)=(1)+(2)
Prof. Doutora Fátima Lopes Alves	86 877,08	0,00	86 877,08
Dr.ª Isabel Moura Ramos	69 501,72	0,00	69 501,72
Dr. Helder do Vale Nogueira	69 501,72	0,00	69 501,72
Dr. Nuno Marques Pereira	69 501,72	0,00	69 501,72
Total	295 382,24	0,00	295 382,24

Notas:

* Inclui as reduções remuneratórias impostas pela Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Encargo Anual	Identificar	Encargo Anual	Saúde	Vida	Identificar	Encargo Anual
Prof. Doutora Fátima Lopes Alves	11,00	2508,00	SS	21 089,99	285,80	0,00	0,00	0,00
Dr.ª Isabel Moura Ramos	11,00	2365,00	SS	16 764,94	235,63	0,00	0,00	0,00
Dr. Helder do Vale Nogueira	11,00	2519,00	SS	16 791,14	285,80	0,00	0,00	0,00
Dr. Nuno Marques Pereira	11,00	2629,00	SS	16 784,14	285,80	0,00	0,00	0,00
Total		10 021,00		71 430,21	1 093,03	0,00	0,00	0,00

Legenda:

SS – Segurança Social.

2. Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Os administradores da APA, S.A. acumulam funções no Conselho de Administração da APFF, S.A., sem que tal acumulação lhes confira direito a qualquer remuneração adicional.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Não foram pagas remunerações sob a forma de participações nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação

Conselho Fiscal

Membro do Órgão de Fiscalização (CF)	Remuneração Anual 2021 (€)
	Bruta *
Dr.ª Ana Soares	19 068,14
Dr. Pedro Morais dos Santos	14 301,14
Dr.ª Fernanda Borges	14 301,14
Dr. Pedro Grilo	0,00
Total	47 670,42

Nota:

* Inclui as reduções remuneratórias impostas pela Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho.

ROC

Ver informação do ponto V-E-3 do presente documento.

6. Indicação da remuneração no ano de 2021 dos membros da mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2021 * (€)
(2019-2021)	Presidente	AIDA, representada em Assembleia Geral por Fernando Paiva de Castro	575,00	575,00
(2019-2021)	Secretário	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	375,00	375,00
			Total	950,00

Notas:

* As senhas de presença pagas respeitam à realização da Assembleia Geral realizada a 30 de abril de 2021.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas⁹ e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de 2021

A 3 de novembro de 2008, foi publicado o Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro, que criou a APFF, S.A., sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com capital integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A.. A Empresa foi constituída com um capital social de 50 mil euros, integralmente subscrito pela APA, S.A.. Em 2012, com base no despacho da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, a Empresa procedeu ao aumento de capital social, no valor de 9,950 milhões de euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação resultante da integração dos bens que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., e que foram incorporados na Empresa na data da sua constituição. A 31 de dezembro de 2020, o capital da APFF, S.A. é de 10 milhões de euros, integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A., sendo representado por 2 milhões de ações com o valor nominal de 5 euros cada.

De realçar ainda que, face à necessidade de garantir o equilíbrio financeiro da APFF, S.A., determinou-se entre outras medidas, a redução dos gastos com o pessoal, definindo-se o mapa de pessoal da referida sociedade, alicerçado no pressuposto essencial de *“criação de sinergias entre as duas administrações portuárias (APA, S.A. e APFF, S.A.) decorrentes da consagração de serviços de back office partilhados”*. Nesta esteira, encontra-se implementado um modelo de partilha de serviços, em que a APA, S.A. proporciona à APFF, S.A., apoio na implementação e execução das suas atribuições, no que respeita a várias atividades, nomeadamente, estratégia, relações externas e desenvolvimento do negócio; contabilidade; controlo de gestão; gestão de espaços e ambiente; infraestruturas; qualidade e certificação; assessoria jurídica; aquisição de bens e serviços; uso de aplicações e equipamentos informáticos.

Assim, durante o exercício de 2021, a APA, S.A. prestou serviços à APFF, S.A., no montante de 137.401 euros.

⁹ Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma Contabilística e de Relato Financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas) e também do n.º 4.º do artigo 63.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A APA, S.A. e a APFF, S.A. encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados setores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro e Regulamento Delegado (UE) n.º 2021/1953 da Comissão de 10 de novembro).

Porém, mesmo nas contratações em que a Empresa não se encontra adstrita ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, os quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A., aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despidendo destacar o documento pré-contratual denominado “Proposta de Autorização”, no qual se evidencia o suprarreferido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como, os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na Empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, bem como, procedimentos relativos a empreitadas de obras públicas cujo valor não seja superior a 10 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada, administrativa e financeira em uso na Empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a 500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas inferiores a 5.000 euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 402.º e 465.º do normativo em referência.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a APA, S.A. observa os procedimentos pré-contratuais previstos no CCP, a cujo cumprimento se encontra vinculada *ex vi* do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º, sem prejuízo do estatuído no artigo 12.º, ambos do citado diploma legal. Ver também, informação identificada no VIII-1 do presente documento.

No ano de 2021, foram materializados 11 concursos públicos, 11 consultas prévias, 1 concurso limitado por prévia qualificação, 10 ajustes diretos e 1 contratação ao abrigo de acordo quadro (AQ) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

No ano de 2021, não se verificaram transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)

Não existe nenhuma empresa fornecedora cujas transações representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e essa percentagem corresponda a um montante superior a 1 milhão de euros.

IX. Análise de Sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

No quadro seguinte é possível observar os principais indicadores da empresa, do ponto de vista das metas estabelecidas para o ano 2021, inscritas no PAO 2021-2023, os resultados alcançados e os respetivos desvios.

	PAO 2021*	Realizado 2021	Desvio Real vs PAO
Princípios Financeiros			
EBITDA (€)	7 015 989	-13 892 087	-20 908 076
Peso dos Gastos Operacionais ** / VN (%)	61,35%	55,72%	-5,63%
Total dos gastos (a)+(b)+(c)	208 318	137 076	-71 243
(a) Gastos com deslocações (€)	27 950	8 632	-19 318
(b) Gastos com ajudas de custo (€)	19 780	9 008	-10 772
(c) Gastos com a frota automóvel (€)	160 588	119 435	-41 153
Estudos, pareceres, projetos e consultoria (€)	108 260	115 080	6 820
Recursos Humanos			
N.º de trabalhadores efetivos (n.º)	108	100	-8
Gastos com o Pessoal (€)	5 690 899	5 593 631	-97 268
Benefícios pós-emprego (€)	11 697	11 697	0
Plano de Investimentos			
Investimento (€)	15 141 876	7 349 557	-7 792 319
Fundos Comunitários (€)	2 505 619	973 101	-1 532 518
Fundos Próprios (€)	12 636 257	6 376 456	-6 259 801
Nível de Endividamento			
Passivo Remunerado (€)	9 642 857	9 642 857	0

Notas:

(*) Versão do PAO 2021-2023 elaborada a 11 de novembro de 2021.

(**) O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios foi calculado nos termos da metodologia proposta pela APA, S.A., validada pela UTAM, no seu relatório de análise n.º 255/2021 de 14 de outubro, e aprovada por SE o SET através do Despacho n.º 916/2021-SET, excluindo, ainda, os impactos da provocados pela pandemia COVID-19, conforme Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

O ano de 2021 foi, em muitos aspetos, um ano de superação para todas as equipas do Porto de Aveiro, destacando-se, desde logo, o registo do melhor ano de sempre no movimento de

mercadorias, com 5,691 milhões de toneladas movimentadas, mais 67 mil toneladas face ao anterior máximo histórico que remonta a 2018.

O nível atual de movimento portuário afigura-se suficiente para assegurar a sustentabilidade económica da APA, S.A., salvaguardando-se, assim, o cumprimento das metas traçadas pelo Acionista Estado para a sustentabilidade económica do Porto de Aveiro, nomeadamente através da execução do seu plano de investimentos, fator essencial para atrair novos segmentos de mercado capazes de fixar o aumento do movimento portuário e, bem assim, contribuir para a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Por outro lado, e no que respeita à sustentabilidade ambiental, a APA, S.A. integra a Gestão Ambiental no sistema de gestão global da Empresa. Este tipo de ferramenta permite melhorar o desempenho ambiental e induzir, a par com outros sistemas, a sistematização de processos na organização.

Em paralelo com a sua determinação em assumir um papel relevante para o progresso da região em que se insere e da vasta comunidade que serve, esta Administração Portuária está também empenhada em constituir-se como indutora de práticas que respeitem o princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação do ambiente.

A melhoria do desempenho ambiental, a promoção do equilíbrio do meio envolvente e o desenvolvimento social dos seus trabalhadores e da comunidade local estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas.

No seguimento das ações que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, a APA, S.A. continua a desenvolver as ações necessárias ao total cumprimento dos requisitos legais e à melhoria do seu desempenho ambiental.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE)

Estabelece o n.º 28 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março, que as empresas públicas devem nomear, quando se justifique, um Provedor do Cliente, tendo sido entendimento da APA, S.A., atenta à dimensão e âmbito de atuação da Empresa, conjugada com a focalização na contenção de gastos a não criação de tal figura em 2021.

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE)

Durante o ano de 2021, a APA, S.A. desenvolveu as ações de gestão necessárias nos domínios da economia circular, da descarbonização e da redução das suas emissões tendo atuado no âmbito da energia, da água para consumo humano, das águas residuais, dos resíduos, da qualidade do ar e da proteção do meio ambiente, incluindo ações de proteção da zona costeira e de monitorização. A APA, S.A. desenvolveu também a Estratégia para a Transição Energética do Porto de Aveiro, resultado da participação em duas candidaturas a financiamento europeu na área dos Portos Verdes/Green Ports e da qualidade do ar em área urbanas, ambas no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

No que respeita à água para consumo humano e às águas residuais, esta Administração Portuária tem vindo a desenvolver as ações necessárias à gestão eficiente do uso da água e controlo de qualidade da água e das águas residuais.

A APA, S.A. tem vindo a implementar um conjunto de medidas de eficiência energética que permitem a redução das emissões de gases com efeito de estufa e, a longo prazo, a descarbonização.

Assim, no domínio da energia, foi dada continuidade às ações previstas para o triénio 2019-2021, resultantes do processo de auditoria energética às instalações e frota automóvel e marítima da APA, S.A., com vista à continuação da melhoria do seu

desempenho energético. Neste âmbito, a permanência de 7 postos duplos e de 1 posto simples de carregamento elétrico de veículos, bem como a utilização de 7 viaturas elétricas em regime de aluguer para o serviço da APA, S.A. evitou a emissão de 8 toneladas de CO_{2eq}.

É de referir que o sistema electroprodutor de energia solar para autoconsumo, instalado em outubro de 2017 no Edifício Sede desta Administração Portuária, garantiu em 2021 cerca de 44,4% das necessidades energéticas totais do edifício, com 31,55 MWh. Importa referir que, desde a sua instalação este sistema já permitiu a poupança de aproximadamente 15 mil euros e a redução de 24 toneladas nas emissões de CO_{2eq}.

A esta poupança de energia acrescem as que resultam da mudança dos sistemas de iluminação para lâmpadas LED, tanto na iluminação pública e de terraplenos, como na iluminação dos edifícios administrativos, bem como o aquecimento solar das águas sanitárias dos balneários, entre outros. Destaca-se, em 2021, a substituição de 214 projetores de sódio (400W) por LED (194W), que resultou numa poupança de 53% na energia consumida e evitou a emissão de 41 toneladas de CO₂.

Ainda no âmbito da energia, concretizou-se em fevereiro de 2021 a Estratégia para a Transição Energética do Porto de Aveiro, disponível em <https://portodeaveiro.pt/sustentabilidade-inovacao/pt/>. Desta Estratégia resultou um conjunto significativo de parcerias para candidaturas a fundos europeus, nomeadamente, quatro consórcios nacionais e cinco consórcios internacionais.

No âmbito desta estratégia, os serviços portuários serão prestados de forma eficiente e digital promovendo a eficiência e a poupança de energia, o fluxo contínuo de mercadorias em transferências modais interligadas, o crescimento económico do Porto de Aveiro, o desenvolvimento social e a melhoria ambiental, visando cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Em suma, com esta estratégia, e tendo como objetivo final atingir a neutralidade carbónica em 2050, o Porto de Aveiro irá desenvolver ações e processos inovadores com base nas melhores práticas, bem como nos projetos em curso, com a ambição de expandir gradualmente as melhores soluções de forma a integrar os objetivos da transição portuária na agenda da Comunidade Portuária e *stakeholders*, estabelecendo

metas de redução das emissões de gases de efeito estufa de 55% em 2030, 75% em 2040 e 100% em 2050.

Quanto à gestão de resíduos, a APA, S.A. continuou a garantir a recolha, transporte e encaminhamento de todos os resíduos que produz e que recebe dos navios e das instalações terrestres sitas no Porto de Aveiro, em conformidade com o Plano Trienal de Receção e Gestão de Resíduos de Navios para o triénio 2020/2022, contribuindo, assim, para a redução da descarga de resíduos no mar. Em julho de 2021, face à nova legislação comunitária aplicável à gestão de resíduos de navios, entrou em vigor o atual regulamento de tarifas específico, de que se destaca a cobrança de uma taxa indireta variável em função da dimensão do navio e a isenção do pagamento de taxas diretas, sempre que não seja ultrapassada a capacidade máxima de armazenamento a bordo dos resíduos domésticos ou resíduos operacionais (Anexo V da MARPOL).

Deu também cumprimento às regras aplicáveis à recolha de matérias de categoria 1 – subprodutos de origem animal, designados por “restos de cozinha e de mesa do transporte internacional”, no que respeita aos resíduos de alimentos provenientes de navios, bem como promoveu a recolha seletiva dos diferentes tipos de resíduos, perigosos e não perigosos, facilitando a sua valorização em detrimento da respetiva eliminação.

A gestão de resíduos nas empreitadas de obras públicas cumpre com a legislação em vigor para os Resíduos de Construção e Demolição (RCD), através da elaboração dos respetivos Planos de Prevenção e Gestão (PPG) de acordo com os princípios de prevenção e gestão de resíduos, designadamente pela trituração de resíduos e reincorporação em obra.

No âmbito da economia circular, encontram-se em desenvolvimento ações desde o final de 2018. Em 2021, foram utilizados os dispensadores de água da torneira e engarrafada instalados, ao invés do uso de garrafas e copos de água de plástico descartável e a redução dos consumíveis informáticos e do papel foi atingida através do atual regime de locação de impressoras/digitalizadoras. O processo de gestão documental da organização, com a análise do processo de arquivo e simplificação dos fluxos de documentação, iniciado em 2020, continuou a ser desenvolvido durante o ano de 2021.

Continua ainda a ser dado cumprimento à RCM n.º 38/2016, de 29 de julho, no que respeita à aplicação de critérios ecológicos às compras, processo que se encontra em fase de implementação gradual.

Ao nível da qualidade do ar e da emissão difusa de partículas pela movimentação de granéis sólidos no Porto de Aveiro, foi mantida a monitorização em contínuo da qualidade do ar na Gafanha da Nazaré, bem como a consultoria ao Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD) para efetuar a análise dos respetivos dados de medição e da eventual contribuição da atividade portuária para os resultados obtidos. Foram ainda mantidas as medidas preventivas na operação portuária tendo em vista a minimização das emissões difusas de partículas.

Destaca-se ainda o acompanhamento ambiental das empreitadas e da execução dos Planos de Monitorização constantes das respetivas Declarações de Impacte Ambiental, ao nível dos diferentes descritores. Em concreto, referem-se as caracterizações de sedimentos, da qualidade da água e comunidades bentónicas, bem como o estudo da evolução sedimentar e batimétrica da linha de costa, cujo objetivo é avaliar e caracterizar a evolução batimétrica da linha de costa, desde a zona a barlar do Molhe Norte até à Vagueira.

É ainda de salientar a contribuição desta Administração Portuária para o reforço do cordão dunar, através da imersão de sedimentos dragados diretamente no mar, a sul do molhe sul, provenientes da manutenção de fundos da embocadura e dos canais portuários. Esta imersão de sedimentos tem como objetivo contrariar e/ou minimizar os efeitos da erosão costeira que se fazem sentir no litoral.

Quanto à prevenção de acidentes e à resposta à emergência, a APA, S.A. garantiu a operacionalidade dos equipamentos, tendo sido registado um naufrágio de uma embarcação que se encontrava atracada no Porto de Pesca Costeira. Devido às restrições relacionadas com a pandemia COVID-19, a formação e o exercício de combate a derrames, programados para o ano de 2021, foram adiados para 2022.

A APA, S.A. assume o seu empenho nos princípios do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente, que integra na gestão global da empresa. De salientar o alinhamento da gestão portuária com:

- Sustentabilidade;
- Princípios de economia circular e de gestão racional e eficiente de recursos;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas;
- Inovação;
- Parcerias com a Comunidade Portuária.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminação e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º DO RJSPE)

Em março de 2010, a APA, S.A. foi convidada pela AIDA a associar-se ao Projeto Planos de Igualdade (NUT III – Baixo Vouga), aprovado no âmbito do POPH – Programa Operacional Humano, tipologia 7.2. Planos de Igualdade. Este projeto visou conceber e implementar Planos de Igualdade, traduzidos na adoção de medidas não discriminatórias entre homens e mulheres e envolvendo, especificamente, as áreas de Planeamento Estratégico, Gestão de Recursos Humanos, Recrutamento e Seleção e Comunicação, detendo ainda como objetivos específicos:

- Promover a responsabilidade social na gestão das organizações;
- Introduzir mudanças organizacionais conducentes à igualdade do género; e
- Promover a participação ativa dos colaboradores.

No âmbito do projeto Planos de Igualdade, suprarreferido, foram elaborados três documentos, a saber:

1. Relatório de Diagnóstico da situação de homens e mulheres, com base em indicadores para a igualdade;
2. Plano de Ação, que incidiu na definição de medidas de melhoria no que concerne à temática da igualdade; e
3. Relatório de Avaliação, onde foram avaliadas as medidas preconizadas no plano de ação e no qual a APA, S.A. teve uma apreciação de muito bom.

Em outubro de 2020, foi aprovado o Plano de Igualdade da APA, S.A. para o ano de 2021, que seguiu as orientações e metodologias definidas no Guião produzido pela CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, designadamente na Matriz de apoio ao diagnóstico e na Matriz de apoio à monitorização da execução do plano para a igualdade.

O Plano de Ação compreende medidas definidas, em 5 domínios da igualdade do género, designadamente: estratégia, missão e valores da empresa; igualdade nas condições de trabalho; proteção na parentalidade; conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal e prevenção da prática de assédio no trabalho.

Entre as medidas definidas destacam-se as seguintes:

- Criação e divulgação de procedimento próprio com garantia de confidencialidade e anonimato que permita a apresentação de sugestões, queixas e/ou elogios;
- Concessão aos pais trabalhadores das mesmas condições de dispensa que beneficiam as mães para consultas pré-natais;
- Celebração de protocolos especificamente direcionados para a prestação de serviços e/ou aquisição de bens dirigidos a trabalhadores/as com responsabilidades particulares com condições mais vantajosas (apoio domiciliário, take-away,...) e proceder à sua divulgação;
- Realização de ações de formação/orientação para chefias com módulo incidindo na concessão de horário flexível, tendo presente o princípio da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres; e
- Sensibilização das chefias para a prevenção da prática de assédio no trabalho.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, 8 de março, e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Na concretização do Plano de Ação referenciado no ponto anterior, a APA, S.A. adotou a utilização de linguagem inclusiva.

Com efeito, para uma melhor e mais correta utilização de linguagem inclusiva, os técnicos responsáveis pela elaboração e divulgação de documentos internos e externos participaram em várias sessões de formação que os dotou de técnicas adequadas para alcançar uma maior igualdade de género na forma escrita. Ainda de referir que, a APA, S.A. procede a uma desagregação dos indicadores referentes aos colaboradores, por sexo, nos documentos produzidos.

A APA, S.A. elabora o relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, conforme determina a RCM n.º 18/2014, de 7 de março, o qual se encontra disponível em <https://portodeaveiro.pt/responsabilidade-social/pt/#relatoriodeferencasocial>.

- e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE)**

A APA, S.A. aposta claramente na valorização profissional e humana dos seus colaboradores, não só através de um investimento em matéria de formação profissional, como igualmente através da concessão de regalias que vão além das obrigações legais inerentes ao estatuto de trabalhador-estudante.

- f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)**

A APA, S.A. tem vindo a melhorar, sustentadamente, os seus sistemas de informação, de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação relevante por parte dos clientes e operadores.

Atualmente, estão implementados, os seguintes sistemas principais:

- *Newsletter* Eletrónica, desde 2005;
- Site na Internet, desde 2009, e reformulado em 2020.
- JUL – Janela Única Logística – garante a simplificação/harmonização de procedimentos com todos os agentes económicos e restantes Autoridades (Marítima, Sanitária, Veterinária, Fronteiras e Policiais), desde junho de 2020, que substituiu a Janela Única Portuária, em utilização na APA, S.A. desde 2010;

- GIAF – sistema de gestão financeira e administrativa, desde 2005;
- SIGPOR – sistema de gestão de tarifas e faturação, desde 2006. Efetua interligação com o GIAF;
- VTS – *Vessel Traffic System*, sistema de gestão do tráfego portuário e costeiro, operacionalizado em 2009;
- Fatura Única Portuária (FUP) por escala de navio constitui o documento de cobrança que agrega a faturação ou liquidação de todas as entidades públicas prestadoras de serviços aos navios no ato do despacho de largada, para cada escala de navio; e
- SIG – Sistema de Informação Geográfica.

No que respeita à elaboração de Planos de Ação para o Futuro, destacamos o seguinte conjunto de oportunidades/desafios:

- **Manutenção do movimento portuário** anual acima dos 5,5 milhões de toneladas;
- Manutenção da tendência de **redução do peso dos gastos operacionais**, se excluídos os gastos com as dragagens de manutenção, **no volume de negócios**;
- Orientação do esforço de **investimentos** para projetos de melhoria das condições operacionais para a captação de atividades logísticas e industriais e de modernização dos sistemas de informação e comunicação do porto;
- **Diminuição do passivo remunerado**, respeitando o determinado no artigo 27.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; e
- **Inovar e desenvolver competências críticas**, através da dotação de 30 mil euros para formação do pessoal, prevista no PAO para 2022.

X. Avaliação do Governo Societário

1. **Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹⁰ relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:**
- a) **Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página)**

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
I	Síntese	X		5	
II	Missão, Objetivos e Políticas				
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e os valores que orientam a empresa	X		7	
2.	Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		8-9	
3.	Indicação dos fatores-críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		9-10	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política sectorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	X		11	
III	Estrutura de Capital				
1.	Divulgação da estrutura de capital incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa	X		12	
2.	Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		12	
3.	Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições	X		12	
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas				
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras empresas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.	X		13-14	

¹⁰ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)	X		14	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC	X		14	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa	X		15	
V	Órgãos Sociais e Comissões				
A.	Modelo de Governo				
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		16	
B.	Assembleia Geral				
1.	Composição da mesa da Assembleia Geral, ao longo do ano 2021, com identificação dos cargos dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato	X		16	
2.	Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	X		16	
C.	Administração e Supervisão				
1.	Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração	X		16	
2.	Caraterização da composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X		17	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X		17	
4.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração. Deverão especificamente ser identificadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X		18-21	
5.	Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção Geral de finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	X		21-22	
6.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X		22	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
7.	Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa	X		22-30	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, indicando designadamente	X		25-26	
D.	Fiscalização				
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Conselho Fiscal	X		30	
2.	Composição do Conselho Fiscal, ao longo do ano 2021, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X		30-31	
3.	Apresentação de elementos curriculares dos representantes do Conselho Fiscal. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X		32-34	
4.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		34	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	X		34	
6.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º CSC	X		34	
7.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal	X		35-36	
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)				
1.	Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo	X		36	
2.	Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa	X		36-37	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano de 2021	X		37-38	
4.	Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	X		38	
F.	Conselho Consultivo	n.e.		33	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
G. Auditor Externo					
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano de 2021	n.a.		38	
2.	Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	n.a.		38	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	n.a.		39	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços	n.a.		39	
VI. Organização Interna					
A. Estatutos e Comunicações					
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa	X		40	
2.	Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa	X		40	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional	X		40-41	
B. Controlo interno e Gestão de Riscos					
1.	Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa)	X		41	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	X		42	
3.	Em caso de existência de plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	X		42	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa	X		43	
5.	Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		43	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade	X		43-44	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		44-47	
8.	Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	X		47	
C. Regulamentos e Códigos					
1.	Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da empresa onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta	X		47-54	
2.	Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa	X		54	
3.	Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativo à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências	X		55	
D. Deveres Especiais de informação					
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira	X		55-56	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	X		56	
E. Sítio da Internet					
1.	Indicação do endereço utilizado na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa	X		57	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral					
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade	n.a.		58	
2.	Referência ao contrato celebrado com a empresa pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade	n.a.		58	
VII. Remunerações					
A. Competência para a Determinação					
1.	Indicação quanto à competência para a determinação de remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da empresa	X		59	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		59	
3.	Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		59	
B. Comissão de Fixação de Remunerações					
	Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	n.e.		60	
C. Estrutura das Remunerações					
1.	Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		60-61	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa	X		62	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
3.	Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	X		62	
4.	Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	n.a.		62	
5.	Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	X		62	
6.	Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais	X		62	
D.	Divulgação das Remunerações				
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X		63	
2.	Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	X		64	
3.	Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	X		64	
4.	Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	X		64	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X		64	
6.	Indicação da remuneração no ano de 2021 dos membros da mesa da Assembleia Geral	X		65	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras				
1.	Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de 2021	X		66-69	
2.	Informação sobre outras transações	X		69	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental				
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		70	
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		70-71	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		72-79	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
X	Avaliação do Governo Societário				
1.	Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações.	X		80-87	
2.	Outras informações	n.e.		87	

S- Sim; N - Não; n.e. - não existe; n.a. - não aplicável.

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação para eventual mecanismo adotado pela empresa para efeitos prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Não existem.

2. Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas

Não existem.

Forte da Barra, 20 de março de 2023

O Conselho de Administração,

(Eduardo Feio)

(Carlos Monteiro)

(Andreia Queirós)

XI. Anexos do Relatório de Governo Societário

- **Anexo 1:** Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021
- **Anexo 2:** Extrato da ata da reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2023, em que foi deliberado a aprovação do Relatório de Governo Societário 2021.
- **Anexo 3:** Relatórios do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.
- **Anexo 4:** Declarações a que se referem o artigo 52.º do RJSPE e o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.
- **Anexo 5:** Ata da reunião da Assembleia Geral que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020.

A Demonstração não Financeira relativa ao exercício de 2021 não é aplicável à APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., pelo facto de, a 31 de dezembro de 2021, não exceder o número médio de 500 trabalhadores, conforme preconiza o n.º 1 do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

(Extrato da Ata da reunião, em sessão ordinária, do Conselho de Administração da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., realizada em vinte de março do ano dois mil e vinte e três na Sede Social, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com a presença do Presidente, Dr. Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, do Vogal Dr. Carlos Ângelo Ferreira Monteiro e da Vogal Dra. Andreia de Fátima Maia de Queirós)

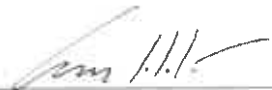
“-----INFORMAÇÃO DA DIREÇÃO FINANCEIRA E DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL-----

----- RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2021 – VERSÃO 2-----

-----Número 010/DFDO/SF/2023, Processo A.2.A.8 com o seguinte teor: “No pretérito dia 02 de março de 2023, em reunião de Conselho de Administração, foi aprovado, através da informação 007/DFDO/SF/2023, o Relatório de Governo Societário da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.), referente ao exercício de 2021. Sucede que, decorrente da nova versão do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais, do exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a qual passou a incluir o investimento reportado pela DIGAL – Distribuição e Comércio, S.A., existe a necessidade de reformular o Relatório de Governo Societário para que a informação económico-financeira nele incluída seja coerente com a apresentada no Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais. Em face do exposto, junto se anexa” à presente informação “a versão 2 do Relatório de Governo Societário da APA, S.A., do exercício de 2021, propondo-se que o Conselho de Administração delibere a sua aprovação e proceda à sua assinatura digital.”. -----

-----O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar conforme proposto. -----”

aa) O PRESIDENTE



Dr. Eduardo Elísio Silva Peralta Feio

aa) A VOGAL



Dra. Andreia de Fátima Maia de Queirós

DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS PARA GESTOR PÚBLICO
(artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, Maria de Fátima Lopes Alves, declaro não possuir quaisquer impedimentos e incompatibilidades previstas no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março ou em outra legislação especial aplicável.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura: Maria de Fátima Lopes Alves

DECLARAÇÃO
(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Maria de Fátima Lopes Alves, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais nas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura: 

DECLARAÇÃO
(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Isabel Sofia de Moura Ramos, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais nas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura: _____



DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS PARA GESTOR PÚBLICO
(artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, Isabel Sofia de Moura Ramos, declaro não possuir quaisquer impedimentos e incompatibilidades previstas no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março ou em outra legislação especial aplicável.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura: _____



DECLARAÇÃO
(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Helder Jorge do Vale Nogueira, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais nas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Helder Jorge do Vale Nogueira', is written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.

DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS PARA GESTOR PÚBLICO
(artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, Helder Jorge do Vale Nogueira, declaro não possuir quaisquer impedimentos e incompatibilidades previstas no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março ou em outra legislação especial aplicável.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Helder Jorge do Vale Nogueira', written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.

DECLARAÇÃO
(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Nuno Manuel Marques Pereira, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais nas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura:



DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS PARA GESTOR PÚBLICO
(artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

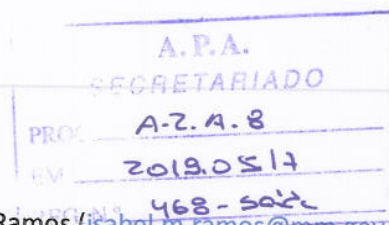
Eu, Nuno Manuel Marques Pereira, declaro não possuir quaisquer impedimentos e incompatibilidades previstas no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março ou em outra legislação especial aplicável.

Forte da Barra, 16 de abril de 2019

Assinatura:



Assunto: FW: Participações patrimoniais | Conselho de Administração da APA, S.A. e APFF, S.A.
Anexos: Declarações_inicio_mandato.pdf



De: Andreia Queirós
Enviada: sexta-feira, 17 de maio de 2019 16:48
Para: 'ana.soares@dgtf.gov.pt' <ana.soares@dgtf.gov.pt>
Cc: Fatima Lopes Alves <fatima.lopesalves@portodeaveiro.pt>; Isabel Moura Ramos (isabel.m.ramos@mm.gov.pt) <isabel.m.ramos@mm.gov.pt>; Nuno Marques Pereira <nuno.marquespereira@portodeaveiro.pt>; Helder Nogueira <helder.nogueira@portodeaveiro.pt>
Assunto: Participações patrimoniais | Conselho de Administração da APA, S.A. e APFF, S.A.

Exma. Sr.^a Presidente do Conselho Fiscal,
Dr.^a Ana Peixito Soares

Serve a presente para remeter, em anexo, as declarações de início de funções relativas aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A. e APFF, S.A., nomeados no pretérito dia 15 de abril de 2019.

Com os melhores cumprimentos.

Andreia Queirós
Diretora Financeira e de Desenvolvimento Organizacional



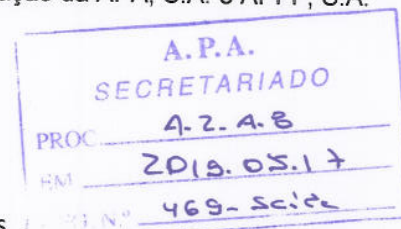
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.
Tel.: + 351 234 393 300 (Ext. 453) • **Fax:** + 351 234 393 399
geral@portodeaveiro.pt • geral.apff@portofigueiradafoz.pt
www.portodeaveiro.pt



Antes de imprimir, Pense no Planeta...

Este e-mail e quaisquer ficheiros anexos são confidenciais e destinados ao conhecimento e uso exclusivo da pessoa ou entidade a quem são dirigidos. Caso tenha recebido esta comunicação eletrónica indevidamente, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma, informe de imediato o remetente e proceda à sua destruição e de eventuais cópias.

Assunto: FW: Participações patrimoniais | Conselho de Administração da APA, S.A. e APFF, S.A.
Anexos: Declarações_inicio_mandato.pdf



De: Andreia Queirós

Enviada: sexta-feira, 17 de maio de 2019 16:51

Para: 'igfinancas@igf.min-financas.pt' <igfinancas@igf.min-financas.pt>

Cc: Fatima Lopes Alves <fatima.lopesalves@portodeaveiro.pt>; Isabel Moura Ramos <isabel.mouramos@portodeaveiro.pt>; Nuno Marques Pereira <nuno.marquespereira@portodeaveiro.pt>; Helder Nogueira <helder.nogueira@portodeaveiro.pt>

Assunto: Participações patrimoniais | Conselho de Administração da APA, S.A. e APFF, S.A.

Exmos. Senhores

Serve a presente para remeter, em anexo, as declarações de início de funções relativas aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A. e APFF, S.A., nomeados no pretérito dia 15 de abril de 2019.

Com os melhores cumprimentos.

Andreia Queirós

Diretora Financeira e de Desenvolvimento Organizacional



APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.

Tel.: + 351 234 393 300 (Ext. 453) • Fax: + 351 234 393 399

geral@portodeaveiro.pt • geral.apff@portofigueiradafoz.pt

www.portodeaveiro.pt



Antes de imprimir, Pense no Planeta...

Este e-mail e quaisquer ficheiros anexos são confidenciais e destinados ao conhecimento e uso exclusivo da pessoa ou entidade a quem são dirigidos. Caso tenha recebido esta comunicação eletrónica indevidamente, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma, informe de imediato o remetente e proceda à sua destruição e de eventuais cópias.

ATAS

Folha

28

Nº do livro

4

ATA NÚMERO 45

-----No dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, por meios telemáticos, realizou-se a Assembleia Geral da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.), com sede social no Edifício n.º 9, no Forte da Barra, freguesia da Gafanha da Nazaré, do concelho de Ílhavo, com o capital social de trinta milhões de euros, representado por seis milhões de ações, de valor nominal de cinco euros cada, com a participação do seu único acionista o Estado Português, representado pelo Senhor Dr. André Joaquim Lima Ribas, conforme Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, datado de vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e dois, o qual fica arquivado na sociedade.-

-----Presidiu à reunião o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Fernando Paiva de Castro, tendo sido secretariado pela Secretária da Mesa, Senhora Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais.-----

-----Participaram, igualmente, os membros do Conselho de Administração, Senhora Professora Doutora Maria de Fátima Lopes Alves, Presidente, Senhora Dra. Isabel Sofia de Moura Ramos, Senhor Dr. Helder Jorge do Vale Nogueira e Senhor Dr. Nuno Manuel Marques Pereira, Vogais, os membros do Conselho Fiscal, Senhora Dra. Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares, Presidente, Senhor Dr. Pedro Alexandre Morais dos Santos e Senhora Dra. Maria Fernanda de Sousa Rebelo Lopes Pires Borges, Vogais, e o representante do Revisor Oficial de Contas efetivo, Deloitte & Associados, SROC, S.A., Senhor Dr. Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a participação de todos e verificou estar representada a totalidade do capital social, passando de imediato a palavra ao representante do Estado, que a usou para propor e deliberar favoravelmente a constituição da Assembleia Geral Universal, nos termos do art.º 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas individuais do exercício de 2020;-----
- 2. Deliberar sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas do exercício de 2020;-----
- 3. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2020;-
- 4. Deliberar sobre o relatório de governo societário de 2020;-----

ATAS

Folha

29

Nº do livro

4

-----5. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no exercício de 2020.-----

-----Iniciaram-se os trabalhos quanto aos pontos 1. e 2. da ordem de trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedido a palavra à Senhora Presidente do Conselho de Administração para, querendo, apresentar os aspetos mais relevantes do relatório de gestão e as contas individuais e consolidadas do exercício de 2020.-----

-----No uso da palavra, a Senhora Presidente do Conselho de Administração referiu o seguinte:-----

-----“O ano de 2020 ficará para sempre recordado como o ano da crise pandémica, cujas medidas de combate à propagação do vírus SARS-Cov-2 conduziram à redefinição da procura das empresas servidas pelo Porto de Aveiro, implicando uma diminuição das toneladas movimentadas em 11% (ou 612 mil toneladas), face ao valor registado em 2019, com especial expressão nos produtos agroalimentares (menos 179 mil toneladas, face a 2019), combustíveis líquidos (menos 154 mil toneladas, face a 2019) e nos minerais não metálicos (menos 124 mil toneladas, face a 2019). -----

-----Não obstante o contexto particularmente desafiante vivido ao longo do ano 2020, a APA, S.A.:-----

-----i) Realizou investimentos no montante total de 10 milhões de euros, destacando-se a realização das empreitadas que visam infraestruturar a sua Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI), nomeadamente “Dragagem dos fundos adjacentes e remoção dos inertes da ZALI, para reforço do cordão Litoral a Sul da Costa Nova” (5,4 milhões de euros) e a “Construção de um cais de 200 metros” (2,8 milhões de euros);-----

-----ii) Implementou, em junho de 2020, a Janela Única Logística, projeto nacional, coordenado pela Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e operacionalizado pela Associação dos Portos de Portugal (APP), o qual visa integrar todos os atores das redes logísticas e as autoridades na partilha de informação em tempo real e alinhar processos para assegurar a sincronização das operações, nomeadamente através da integração digital multimodal dos vários meios de transporte (marítimo-ferroviário-rodoviário); e-----

-----iii) Iniciou o processo de rejuvenescimento do seu quadro de pessoal, através do recrutamento de 5 colaboradores (4 técnicos superiores e um administrativo).-----

ATAS

Folha

30

Nº do livro

4

----iv) *Ao nível do desempenho económico destaca-se, em 2020, o resultado líquido do período positivo, sem efeito do reconhecimento da imparidade sobre os ativos fixos tangíveis e intangíveis e do resultado da sua participada (APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.), de 1,5 milhões de euros, menos 1,1 milhões de euros face a igual resultado registado em 2019 (2,8 milhões de euros).*-----

----v) *Esta diminuição é justificada pelos efeitos provocados pela COVID-19, que contribuíram para a diminuição do volume de negócios em 690 mil euros e pelo aumento dos gastos com dragagens de manutenção (mais 1 milhão de euros face a 2019).*-----

----vi) *Ao nível do cumprimento dos princípios financeiros de referência, inscritos no Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2019 (em vigor em 2020), destaca-se que a APA, S.A., cumpriu a totalidade dos princípios fixados para o exercício de 2020.*-----

----vii) *Cumpre-nos, por último, realçar o empenho e capacidade de adaptação dos colaboradores da APA, S.A., e a confiança de toda a Comunidade Portuária, que permitem encarar com bastante otimismo o futuro do Porto de Aveiro, afirmando-se com relevância no desenvolvimento da economia nas regiões que serve.*”-----

----Terminada a intervenção da Senhora Presidente do Conselho de Administração foi dada a palavra ao representante do Revisor Oficial de Contas efetivo, tendo sido referido que a respetiva opinião está expressa na Certificação Legal de Contas.-----

----Foi, de seguida, dada a palavra ao representante do Estado que, quanto aos pontos 1. e 2., votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da APA, S.A. referentes ao exercício de 2020, com pareceres favoráveis do Conselho Fiscal, atentas as reservas expressas nas Certificações Legais das Contas, recomendando-se ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de suprimir a reserva constante nas Certificações Legais de Contas referente ao registo contabilístico de “Rendimentos de ocupações de espaços” e “Rendimentos de concessões”.-----

----No que respeita ao ponto 3. da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra ao representante do Estado que votou favoravelmente a proposta de distribuição do resultado líquido apurado no exercício de 2020, no montante negativo de 2.165.956,84 euros, apresentada pelo Conselho de Administração, da seguinte forma:-----

----i) Reserva não distribuíveis – concessões: 614.334,29 euros-----

ATAS

Folha

31

Nº do livro

4

-----ii) Ajustamentos em ativos financeiros – lucros não atribuídos: 2.553.762,66 euros-----

-----iii) Resultados Transitados: -5.334.053,79 euros-----

-----Quanto ao ponto 4. da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra ao representante do Estado que votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Governo Societário de 2020, atenta a apreciação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial expressa no Relatório de Análise n.º 293/2021, de 6 de dezembro.-----

Entrando-se no ponto 5. da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra ao representante do Estado que votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de confiança nos órgãos de administração e fiscalização e em cada um dos seus membros.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a todos os participantes a colaboração prestada para o bom funcionamento da Assembleia, dando a mesma por encerrada pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, dela sendo lavrada a presente ata a qual vai assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa,



A Secretária da Mesa,

